



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

DJAILMA MARIA LEMOS TAVEIRA

**MULHER E POLÍCIA MILITAR: UM ESTUDO SOBRE AS MOTIVAÇÕES DO
INGRESSO DAS PROFISSIONAIS NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA
PARAÍBA**

Campina Grande
2012

DJAILMA MARIA LEMOS TAVEIRA

**MULHER E POLÍCIA MILITAR: UM ESTUDO SOBRE AS MOTIVAÇÕES DO
INGRESSO DAS PROFISSIONAIS NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito necessário para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Thaísa Simplício Carneiro

Campina Grande
2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central ó UEPB

T232m Taveira, Djailma Maria Lemos.
Mulher e polícia militar [manuscrito] : um estudo sobre as motivações do ingresso das profissionais no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba / Djailma Maria Lemos Taveira. ó 2012.
84 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) ó Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

õOrientação: Profa. Ma. Thaísa Simplício Carneiro, Departamento de Serviço Social.

1. Gênero. 2. Polícia Miliar. 3. Segurança Pública. 4. Serviço Social.
I. Título.

21. ed. CDD 305.4

DJAILMA MARIA LEMOS TAVEIRA

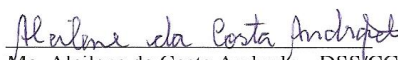
**MULHER E POLÍCIA MILITAR: UM ESTUDO SOBRE AS MOTIVAÇÕES DO
INGRESSO DAS PROFISSIONAIS NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA
PARAÍBA**

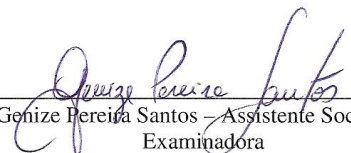
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito
necessário para obtenção do título de bacharela
em Serviço Social.

Aprovado em: 06/12/2012

Banca Examinadora


Prof. Ma. Thaísa Simplicio Carneiro – DSS/CCSA
Orientadora


Prof. Ma. Alcilene da Costa Andrade – DSS/CCSA
Examinadora


Esp. Genize Pereira Santos – Assistente Social/2º BPM
Examinadora

À minha amada mãe, Jacinta Guimarães Lemos, e ao meu saudosíssimo avô, Joaquim Francisco Lemos (*in memoriam*), pelos exemplos de força e bondade os quais me espelhei durante a minha vida,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor DEUS, pela coragem que me deu para enfrentar um mundo novo que a mim se mostrara desde que me atrevi a vir, sozinha, morar nesta cidade que tão bem me acolheu.

Agradeço ainda, por ter colocado em meu caminho, pessoas que me ensinaram a crescer com as dificuldades e a fazer destas uma oportunidade de superar-me e conhecer minhas capacidades e limites.

Aos meus queridíssimos pais, Jacinta Guimarães Lemos, pelas infinitas demonstrações de amor, carinho e dedicação em mim depositados, e a Damião Taveira Guimarães, pelo incentivo e palavras de apoio, assim como pelos valores que ambos me repassaram, e que contribuíram na construção do meu ser.

Aos meus irmãos, Djaianne Lemos Taveira Henriques e Djaerikson Guimarães Lemos Taveira, pela amizade e amabilidade compartilhada e multiplicada em cada gesto.

Aos meus sobrinhos, Heloísa Lemos Henriques e Kennedy Lemos Henriques, meus pequenos que tantas alegrias trazem às nossas vidas e pela inocência que nos faz sentir vontade de voltar a ser criança. Ao meu cunhado, José Henriques da Silva Júnior, pelo apoio de sempre!

Ao meu noivo, João Paulo Lima do Nascimento, pelo afeto, carinho, companheirismo, por compartilhar as alegrias, as tristezas, a saudade, o amor recíproco e, por sempre se fazer presente, mesmo quando a distância não permitia.

Aos meus avós maternos (Francisca Guimarães Lemos e Joaquim Francisco Lemos) e paternos (Maria Guimarães Taveira e José Taveira de Lacerda), por todas as lições de vida, pela simplicidade e sabedoria que foram disseminadas no seio familiar.

À minha família, (tias, tios, primas e primos), pelas demonstrações de carinho! Em especial, à Crislânne Lemos Viriato Guimarães e Hélio Sidney Guimarães (que cuidaram de mim como uma filha), à Cristianne Lemos Viriato Guimarães, Carlos Lamarque Guimarães, Maria de Lourdes Lemos Viriato e a Francisco Viriato Filho pela atenção e companhia.

Aos amigos, (Vinícius, Filipe, Luanna, Percilyanne Yrlei, Andressa e Werton) que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e que me deram força para jamais desistir, agradeço à amizade.

À minha grande amiga Alliny Raianny pelos conselhos, pelos anos de amizade dedicada e pelas demonstrações de afeto. E a Anny Railda que juntamente com Alliny, sempre me receberam tão bem e fizeram-me sentir parte de sua família, obrigada!

Aos professores pelo incentivo e por partilharem seus conhecimentos que tanto enriqueceram o meu saber.

À minha orientadora, Thaísa Simplício Carneiro, pela paciência, dedicação e contribuições teóricas.

Aos colegas, que demonstraram na prática o quão é, muitas vezes, difícil conviver com as diferenças. Mas que, no entanto, é necessário para que possamos crescer pessoal, profissional e eticamente, respeitando-as. À Eliza Dielly, Maria Nilda, Rozimar, Vitória e Thyanne, o meu carinho!

Agradeço a todos e a todas que contribuíram (direto ou indiretamente) com o desenvolvimento desse trabalho, em especial, às Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba.

À professora Alcilene da Costa Andrade e a minha supervisora de campo Genize Pereira Santos, por participarem da minha banca. Agradeço pelas contribuições que enriqueceram meu trabalho e por se fazerem presentes nesse passo tão importante para a minha formação profissional.

RESUMO

O referido trabalho versa sobre a mulher na Polícia Militar, especificamente, do 2º Batalhão de Campina Grande/PB, buscando analisar os motivos que levaram as policiais da referida instituição a optarem pela profissão de policiais militares. Buscou-se ainda: traçar o perfil socioeconômico e cultural dessas policiais militares; identificar o tipo de trabalho exercido por essas profissionais na instituição; verificar os desafios enfrentados pelas Policiais Militares no exercício profissional, bem como analisar as contribuições do seu trabalho para a instituição. Trata-se de um estudo explicativo com o enfoque qualitativo, realizado junto a 20 Policiais Militares femininas, sendo 10 do serviço burocrático e 10 do serviço operacional da instituição, por meio de entrevista semi-estruturada (gravada). Para análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A partir dos dados obtidos durante a realização da pesquisa pudemos constatar que a busca por estabilidade financeira e/ou profissional, a influência de parentes ou pessoas próximas, vontade ou sonho, curiosidade bem como admiração pela instituição, foram os fatores que contribuíram para que essas mulheres optassem pela profissão de Policial Militar. Este estudo corroborou para a análise de que, frente a um contexto de flexibilização do trabalho e de suas relações, iniciada, principalmente, a partir da introdução da política neoliberal, as mulheres migram em busca de empregos que lhes possam garantir estabilidade financeira e profissional, melhores salários, reconhecimento pelo seu trabalho, bem como os direitos trabalhistas, que assegurem o seu bom desenvolvimento profissional.

Palavras Chave: Gênero. Polícia Militar. Segurança Pública.

ABSTRACT

The present work talks about women in the military police, specifically, of the 2nd Battalion of Campina Grande/PB, trying to analyze the reasons that led the officers of that institution to choose the profession of military police. We also sought to trace the socioeconomic and cultural profile of these military police women; identifying the type of work performed by these professionals in the institution; verifying the challenges faced by these police women in professional practice; as well as analyzing the contributions of their work for the institution. This is an explanatory study with qualitative focus, performed with 20 female police officers, 10 of them from the bureaucratic service and 10 from the operational service of the institution, through semi-structured interviews (recorded). For data analysis, we used the technique of content analysis. From the data obtained during the research we found that the search for financial and/or professional stability, the influence of relatives or friends, dream or desire, curiosity as well as admiration for the institution were the factors that contributed to these women chose the profession of police officer. This study confirmed the analysis that, before a context of labor flexibilization and its relations initiated mainly from the introduction of neoliberal politics, women migrate in search of jobs that can guarantee financial and professional stability, best wages, recognition for their work, as well as labor rights that ensure their proper professional development.

Keywords: Gender. Military Police. Public Security.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Idade	59
Gráfico 02 - Estado civil	60
Gráfico 03 - Escolaridade	60
Gráfico 04 - Graduação	61
Gráfico 05 - Renda Mensal	61
Gráfico 06 - Tempo de serviço	62

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CF	Constituição Federal
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
DEMs	Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informações ó Centro de Operações de Defesa
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
II CNPM	II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
II PNPM	II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
INFOSEG	Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública
MF	Movimento Feminista
MPC	Modo de Produção Capitalista
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIASP	Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência Urbana
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania
ROTAM	Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas
RP	Rádio Patrulha
Secom	Secretaria de Comunicação do Estado da Paraíba
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLANSEG	Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública
SNI	Serviço Nacional de Informação
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UPPs	Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	GÊNERO: UMA CATEGORIA EM ANÁLISE	14
2.1	GÊNERO: UMA RELAÇÃO SOCIALMENTE CONSTRUÍDA	14
2.2	A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS MULHERES NA BUSCA PELA AMPLIAÇÃO DE DIREITOS	17
2.3	O MOVIMENTO FEMINISTA NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA	27
3	SEGURANÇA PÚBLICA: OS PARADIGMAS DO CASO BRASILEIRO	32
3.1	ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	32
3.2	CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA	47
3.2.1	O 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba	49
3.3	O SERVIÇO SOCIAL NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA	50
3.4	APROXIMAÇÃO ENTRE A MULHER E A POLÍCIA MILITAR	52
4	EXPOSIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA REALIZADA NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA	57
4.1	SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO: NOTAS INTRODUTÓRIAS	57
4.2	PERFIL DAS POLICIAIS ENTREVISTADAS	59
4.3	DISCUTINDO OS DADOS DA PESQUISA	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	76
	APÊNDICES	80
	ANEXOS	83

1 INTRODUÇÃO

As lutas e conquistas das mulheres ao longo da história foram bastante árduas. Em determinados momentos de ampliação dos direitos e avanços democráticos, as mulheres não foram favorecidas da mesma forma que os homens.

Alguns pensadores (a exemplo de Rousseau) defendiam teses que inferiorizavam as mulheres, ao colocá-las em um patamar de subalternidade intelectual em relação ao homem, pois eram movidas pela emoção, pela paixão (PINSKY; PINSKY, 2005).

Foi a partir de teorias difundidas pelo Iluminismo do século XVIII, que as mulheres se embasaram para reivindicar os seus direitos, bem como emanar a sua emancipação política (PINSKY; PINSKY, 2005). Naquele momento, estas se reconheceram como indivíduos que tem direito a ter direitos, de espaço para se expressar e escolher de acordo com os seus interesses.

A própria sociedade naquela época já determinava qual o papel da mulher na mesma e, na maioria das vezes, esse papel se restringiu aos cuidados com o lar e com os filhos. No entanto, foi na tentativa de romper com esses paradigmas históricos que as mulheres iniciaram uma luta pela sua cidadania e para colocar à tona o seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, dentre eles o acesso/espço ao mercado de trabalho.

Tal processo teve início com a Revolução Industrial¹, todavia, essa inserção no mercado (estratégia usada pelos patrões para reduzir custos) era vista pelos demais operários como ameaça aos seus postos de trabalho e esses não viam as trabalhadoras como aliadas nas reivindicações.

Assim, aqueles operários assumiam uma postura preconceituosa em relação às mulheres, posto que para os operários o trabalho da mulher era incompleto, devendo essas permanecer no âmbito doméstico.

Na busca pela ampliação de seus direitos, diversas trabalhadoras simpatizaram com o ideário socialista, uma vez que este objetivava acabar com a divisão e exploração de classe e, em alguns momentos, as diferenças de classe e etnicidade frequentemente superavam a identidade de gênero (PINSKY; PINSKY, 2005).

¹ Foi nesse período de transformações sociais, nas quais a participação da mulher nos processos de trabalho e produção se torna elemento interessante para o capital, por se constituir como mão-de-obra barata. No entanto, foi, sobretudo, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial que houve uma inserção mais expressiva das mulheres no mundo do trabalho, pois estas passaram a assumir, temporariamente, postos que antes eram ocupados por homens, que naquele momento lutavam na Guerra.

O avançar da modernidade através do desenvolvimento tecnológico e das economias estatais propiciaram a criação de novos postos de trabalho para as mulheres, principalmente, no setor terciário². Aumentou, significativamente, a demanda de trabalho feminino nos espaços burocráticos, na área do ensino, da saúde, dentre outros³.

Embora, dificilmente ocupassem cargos de chefia/gerência (ocupações geralmente masculinas) e continuassem sem acesso às profissões bem pagas no serviço público ou nas empresas privadas (PINSKY; PINSKY, 2005), aos poucos, as mulheres ocuparam postos de trabalho que até então eram eminentemente masculinos (tal fato também decorreu da abertura do mercado de trabalho durante os períodos de guerra), tais como na área da construção civil, mecânica, etc.

Diante do exposto, o presente trabalho buscou *analisar os motivos que levaram as policiais do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB a optarem pela profissão de policiais militares*. Para tanto, objetivou também traçar o perfil socioeconômico e cultural das Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM); identificar o tipo de trabalho exercido por essas profissionais na instituição; verificar os desafios enfrentados pelas Policiais Militares no exercício profissional, bem como analisar as contribuições do seu trabalho para a instituição.

A escolha do tema foi despertada durante o período de observação no estágio supervisionado na referida instituição, de onde partiu o interesse em analisar como aquelas mulheres optaram por seguir carreira na Polícia Militar⁴ (PM).

Assim, este estudo utilizou o método de abordagem dialético-crítico, uma vez que

Como matriz teórico-metodológica esta teoria apreende o ser social a partir de mediações. [...] Ou seja, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições etc., que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Por isso nesta matriz o ponto de partida é aceitar os fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. Trata-se, portanto, de um conhecimento que não é manipulador e que apreende a realidade em seu movimento contraditório (YAZBEK, 2009, p. 150-151).

² O setor terciário abrange todos os serviços em geral: o comércio, serviço de armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, educação, telecomunicações, fornecimento de energia elétrica, serviço de água e esgoto e administração pública (SANDRONI, 1999 apud SILVA, 2005, p. 19).

³ Neste sentido, essa entrada no espaço público trouxe experiências significativas de liberdade e de responsabilidade a essas mulheres, aumentando sua autoestima e, conseqüentemente, reduzindo as barreiras entre trabalhos masculinos e femininos (BETIOL, 2000 apud CAPPELLE; MELO, 2010, p. 77).

⁴ Vale ressaltar que a Polícia Militar é um espaço cuja estrutura ainda é muito rígida, permeada por contradições e relações de poder e, sobretudo, balizada como um espaço onde o machismo ainda é bastante predominante. Trata-se de um ambiente cujos moldes masculinos tradicionais são bastante difundidos, onde os valores considerados importantes são aqueles associados à força física e à subordinação ao superior.

Trata-se de um estudo *explicativo* com o enfoque *qualitativo*, por este se preocupar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2011).

A pesquisa foi realizada com as PMs do 2º BPM, situado no município de Campina Grande. Com uma amostragem intencional, entrevistamos 10 policiais que executam trabalhos administrativos e 10 que executam trabalhos operacionais, que corresponde a 50% do contingente feminino da instituição.

Os dados foram coletados por meio de um roteiro de entrevista do tipo semi-estruturada (TRIVIÑOS, 1987) e após autorização dos sujeitos, as entrevistas foram gravadas em MP3 Player para garantir maior fidelidade na análise dos dados. Após a tabulação dos dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo com vistas a melhor compreensão e interpretação dos dados coletados.

O nosso trabalho compõe-se de *Introdução* onde pontuaremos a relevância e escolha da temática. O Capítulo I apresenta a discussão sobre gênero, abordando sua construção social, como foi apreendido e questionado historicamente.

No Capítulo II trataremos sobre a Política de Segurança Pública, analisando como se desenvolveu essa política no nosso país, de maneira que possamos identificar as concepções teóricas que a orientaram neste processo. Faremos menção à história da PM na Paraíba, situando a particularidade do 2º BPM, assim como o processo de aproximação feminina na referida instituição.

No Capítulo III faremos apresentação e análise dos dados coletados durante a pesquisa, expondo o perfil das entrevistadas e, em seguida, desenvolveremos nossos comentários sobre as reflexões despertadas durante a realização da referida pesquisa.

Em nossas *Considerações finais*, ressaltamos pontos relevantes do nosso trabalho, bem como nosso posicionamento diante da temática em tela. Por último, temos as *Referências* dos teóricos que embasaram e enriqueceram o nosso trabalho.

2 GÊNERO: UMA CATEGORIA EM ANÁLISE

Neste Capítulo, faremos uma discussão sobre a categoria gênero, abordando seu conceito e mostrando como foram construídos e firmados ao longo da história, argumentos que colocaram a mulher em uma posição de submissão em relação ao homem.

Em seguida, evidenciaremos as conquistas ocorridas durante a luta das mulheres na busca pelos seus direitos e como elas foram conseguindo sair da condição submissão e conquistar o seu espaço na sociedade.

Versaremos, ainda, sobre o Movimento Feminista (MF), a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como as atuais Políticas Públicas destinadas às mulheres, especificamente, no Brasil.

2.1 GÊNERO: UMA RELAÇÃO SOCIALMENTE CONSTRUÍDA

Ao longo da história a sociabilidade humana foi adquirindo dinamicidade, de maneira tal que a mesma (a sociabilidade) passou a se transformar conforme o padrão de desenvolvimento da produção, dos valores e normas sociais que lhe fosse conveniente.

A partir do momento que o homem começou a produzir seus alimentos, nas sociedades agrícolas do período neolítico (entre 8.000 a 4.000 anos atrás), passou-se a definir papéis para os homens e para as mulheres (BESSA, 2012).

Na sociedade pré-capitalista, por exemplo, não havia uma divisão sexual do trabalho, uma vez que no modelo familiar (multigeracional) todos trabalhavam em uma mesma unidade econômica de produção. Dessa forma, o mundo doméstico e do trabalho eram coincidentes (BESSA, 2012).

Todavia, com o decorrer do tempo, a necessidade de deixar herdeiros e de proteger os interesses da prole fez com que o homem começasse a se interessar pela paternidade e a sociedade a se reorganizar em um novo padrão familiar (o modelo nuclear formado por pai, mãe e filhos) com a introdução da monogamia, que colocou como base desse novo padrão o patriarcado (SAFFIOYI, 2004 apud GUIRALDELLI; ENGLER, 2008), surgido como uma maneira de manter o controle e dominação sobre a mulher e os filhos. O modelo monogâmico

apresentava-se ao homem, pois, como uma solução para questões de fidelidade que viessem a garantir a linhagem da prole, a certeza da paternidade.

Diante disso, percebemos que discutir a categoria gênero é importar da história elementos que contribuíram (e ainda contribuem!) para a sustentação, ao longo do tempo, de um sistema de dominação, opressão e supressão dos direitos e do reconhecimento da mulher na sociedade.

Discutir gênero é perpassar, portanto, pelas relações sociais dentro de sua dinamicidade, de maneira a buscar apreender como se gestou e desenvolveu a mudança na mentalidade e no cotidiano da sociedade, sobretudo, das mulheres.

Para compreendermos como se procede a discussão sobre esta categoria, devemos fazer uma distinção entre *sexo* e *gênero*. Neste caminho, entende-se por sexo os aspectos biológicos de macho e fêmea, diferenças presentes nos corpos de homens e mulheres e que se desenvolvem de acordo com as etapas da vida (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004).

Como forma de facilitar a compreensão sobre a diferença entre *sexo* e *gênero*, Camurça e Gouveia (2004) destacam que os animais também são machos e fêmeas, mas eles não são homens ou mulheres, masculino ou feminino. Os animais não têm gênero, logo, entende-se que gênero relaciona-se às pessoas e às relações estabelecidas entre as mesmas, de maneira que a sociedade é quem constrói tais relações.

Entretanto, para Lamas (2000), o desenvolvimento do conceito de *gênero*, pelo feminismo, foi extremamente importante para rever a dicotomia que se fundamenta na tradição intelectual ocidental, o chamado androcentrismo. Segundo Moreno (1999, apud GUIRALDELLI; ENGLER, 2008, p. 253),

O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo. É precisamente esta metade da humanidade que possui a força (os exércitos, a polícia), domina os meios de comunicação de massa, detém o poder legislativo, governa a sociedade, tem em suas mãos os principais meios de produção e é dona e senhora da técnica e da ciência.

De acordo com Lamas (2000), gênero corresponde a ideias que fazem parte de uma cultura sobre o que é próprio dos homens e próprio das mulheres, de maneira que permite compreender que não é a anatomia, o biológico que posiciona homens e mulheres em âmbitos e hierarquias diferentes, mas sim, a simbolização que o conjunto da sociedade dá a esses.

Feita a devida distinção entre *sexo* e *gênero*, partiremos para o conceito geral da categoria gênero. Para Camurça e Gouveia (2004, p. 12-13), este

Implica em uma relação, isto é, nas nossas sociedades o feminino e o masculino são considerados opostos e também complementares. Na maioria das vezes o que é masculino tem mais valor. Assim, as relações de gênero produzem uma distribuição desigual de poder, autoridade, e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu sexo. [...] o conceito de gênero se refere às relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens. Todas essas relações criam várias desigualdades, fazendo com que algumas tenham mais poder sobre outros, sejam considerados mais importantes e respeitados na sociedade. Isto faz com que algumas pessoas tenham mais liberdade e oportunidade para se desenvolver que outras.

Como podemos perceber as relações de gênero vão além dos aspectos físicos e biológicos de cada pessoa. Nessas estão contidas valores e normas construídas e reproduzidas cotidianamente e que colocam, em grande maioria, a mulher em uma condição de subordinação, uma vez que as atribuições de homens e mulheres na sociedade são postas de maneira diferenciada.

A própria concepção de sexualidade é reproduzida de maneira diferenciada para os distintos gêneros. Desde cedo as mulheres são educadas a reprimir os seus desejos, suas vontades, bem como aos homens são difundidos os valores que demonstrem a sua virilidade. Segundo Guiraldelli e Engler (2008, p. 253) ãas mulheres passam a incorporar comportamentos, valores e regras de conduta essencialmente masculinas, já que nos padrões vigentes essa é a lei geralö.

Além disso, é inegável que ainda vivemos em uma sociedade, cujos valores e normas transmitidos são predominantemente de cunho machista e repressor, aos quais a mulher tem que se submeter, caso não queira transgredir os costumes, a exemplo da fidelidade conjugal. (GUIRALDELLI; ENGLER, 2008).

Considerando esta relação de gênero dentro de um movimento dinâmico e mutável da construção de relações sociais em determinados momentos históricos, podemos apreender que o gênero é constituinte da *identidade do sujeito* e a esse respeito Louro (1997, p. 25) destaca que

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o.

A partir desse conceito, que apreende o gênero como algo intrínseco do sujeito, é notável que a sua discussão se encontra para além das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Sua discussão tem a ver com valores e com o poder que esses exercem sobre a vida desses sujeitos no interior da sociedade.

Conforme Louro (1997) analisa, muitos são os discursos sobre gênero que envolve a questão da sexualidade. Assim, é importante que façamos uma distinção entre o que a autora coloca sobre o que vem a ser *identidades sexuais* e *identidade de gênero*.

Para a referida autora, a identidade sexual do sujeito se constrói pela forma como ele vive sua sexualidade, como ele a expressa, seja com parceiro(a) do mesmo sexo, do sexo oposto, ou mesmo sem parceiros(as). Por outro lado, os sujeitos ãse identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gêneroö (LOURO, 1997, p. 26).

A identidade de gênero ocorre, portanto, a partir do nosso reconhecimento enquanto seres do gênero masculino ou feminino; quando colocamos em desenvolvimento traços singulares dessa identidade através do que apreendemos das relações sociais que construímos cotidianamente.

Desta maneira, se ambas as identidades (sexuais e de gênero) são construídas, desconstruídas e reconstruídas de acordo como a realidade que se coloca aos sujeitos, é bem verdade que ambas são processos que se interrelacionam e se moldam, haja vista que não são estruturas fixas, estáveis, mas sim, passíveis de transformações.

As dicotomias geradas em torno dos elementos masculino/feminino, gênero/sexo alimentou a desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo no que tange ao espaço ocupado por esses na sociedade e interferindo, de maneira expressiva, na divisão social e técnica do trabalho, questão esta que trataremos no item a seguir.

2.2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS MULHERES NA BUSCA PELA AMPLIAÇÃO DE DIREITOS

Antes de adentrarmos na discussão, é necessário deixar claro que a luta das mulheres por direitos e equidade não significa que essas estejam buscando ocupar os espaços dos homens, como o senso comum entende. Na verdade, o que se buscou e ainda se busca é o

reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos, como cidadãs as quais devem ter o mesmo respeito e oportunidade que os homens.

A história das mulheres foi ocultada por muitos séculos: quase não se mencionava as suas lutas e conquistas por direitos sociais e políticos, bem como não se dava a devida importância aos movimentos que buscavam a equidade entre de gênero.

No século XVIII, o Iluminismo foi um marco para as mulheres na luta por direitos. A partir da tese defendida pelos iluministas de que todo indivíduo era um ser dotado de direitos inalienáveis, desencadeou um processo para que essas mulheres reivindicassem os seus direitos e passassem a exigir a sua emancipação feminina (PINSKY; PINSKY, 2005).

Naquela época, alguns pensadores acreditavam que a igualdade dos direitos seria possível através do acesso à razão, tanto para os homens quanto para as mulheres; outros, como Rousseau, no entanto, duvidavam da capacidade da mulher, uma vez que essas, segundo o referido autor, não conseguiam raciocinar do mesmo modo que os homens (PINSKY; PINSKY, 2005).

As mulheres eram invisíveis aos olhos da sociedade: alguns filósofos, escritores e jornalistas, defenderam os direitos dos homens comuns, dos cidadãos, dos escravos, dos judeus e das crianças, mas não os das mulheres. Aqueles criticavam a presença da mulher nos espaços públicos da sociedade, condenavam qualquer influência feminina, posto que para eles isso fosse algo não natural da sociedade (PINSKY; PINSKY, 2005).

A Revolução Francesa pode ser considerada um marco para os movimentos de luta das mulheres por cidadania. Naquele momento e inspiradas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, milhares de mulheres ganharam as ruas e conseguiram conquistar alguns direitos, bem como o apoio de alguns homens nas suas lutas, pois, para estes, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade (tão difundidos pela Revolução Francesa) também deveriam se estender às mulheres.

No que concerne ao campo democrático, o reconhecimento dos direitos exigiram muita luta tanto por parte dos homens quanto, sobretudo, por parte das mulheres. Os Códigos de Lei da época (que regulamentavam os papéis sociais entre os sexos) geralmente apresentavam-se de forma desfavorável às mulheres.

No campo político, por exemplo, em todos os países, negava-se à mulher o direito de participar da política sem nome dos males e perturbações que tal desafio às leis da natureza sobre os papéis dos sexos traria à sociedade (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 273).

O feminismo desde a sua gênese constituiu-se como um movimento emancipatório questionador das bases que sustentam a exploração-dominação das mulheres no conjunto da sociedade. Dessa forma, questionam os grilhões que oprimem, produzem e reproduzem a condição de submissão e subalternidade dada às mulheres ao longo da história. Sobre esse aspecto, Cisne e Gurgel (2008, p. 70) apontam que

O feminismo, como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo das instituições como o Estado, família e a igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos. Assim, o feminismo ao longo de sua história, trouxe à tona questões que não apenas estavam ligadas aos interesses das mulheres, mas que também confrontavam diretamente o capital.

Vale salientar, que as mulheres somente conseguiram ocupar esses espaços pelo favorecimento que esta ocupação traria ao capital, ou seja, quando passou a ser interessante e necessário ao capitalismo, a mulher começa a ganhar visibilidade social e a desempenhar outras funções significativas (além do mero papel doméstico).

O advento do capitalismo⁵ transformou a economia e o padrão de vida da população através do crescimento econômico, bem como fez surgir no âmbito social duas classes sociais antagônicas (burguesia e proletariado) que são o cerne da discussão das obras de Karl Marx (1818-1883).

O desenvolvimento das cidades, entre os séculos XVIII e XIX, impulsionado pelo capitalismo industrial nascente, atraiu as mulheres à procura de trabalhos remunerados. A partir de então tem-se uma vasta abertura de postos de trabalho para mulheres nas fábricas como forma de tentar suprir as necessidades advindas das transformações do novo modo de produção. A esse respeito, Marx (1871 apud NOGUEIRA, 2010, p. 200), em sua profícua análise, destacou que

⁵ O capitalismo não só é história, mas tem a sua própria história: produto de transformações operadas ainda no seio da ordem feudal, a partir do momento em que se impôs instaurou mecanismos e dispositivos de desenvolvimento que lhe são peculiares. A história do capitalismo [...] é produto da interação da imbricação, da intercorrência do desenvolvimento das forças produtivas, de alterações nas atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica. E todos esses vetores não só se transformam eles mesmos: as suas interações também se alteram no curso do desenvolvimento do MPC [modo de produção capitalista] (NETTO; BRAZ, 2007, p. 169-170).

Tornando-se supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho de mulheres e crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de idade ou sexo, sob o domínio direto do capital.

A estratégia do capitalismo, com a entrada em massa de mulheres (e também de crianças) na indústria, ou seja, nas fábricas, nada mais era que uma forma de explorar o trabalho de toda a família de maneira tal a provocar o rebaixamento dos salários, sobretudo, do trabalho masculino, gerando e incentivando a competição entre homens e mulheres alargando, assim, as desigualdades de gênero.

Destarte, para Saffioti (1976 apud NOGUEIRA, 2010), a divisão sexual do trabalho apresenta-se não apenas nas relações de produção e reprodução, mas também na relação de gênero.

A partir do momento que o homem só enxerga a mulher como concorrente no mercado de trabalho e deixa de perceber as particularidades do universo feminino, bem como a sua própria enquanto participante de um processo que tem determinações sócio-históricas, ele abstrai não só a mulher, mas a si próprio da conjuntura alienante que o cerca (NOGUEIRA, 2010).

Dessa maneira, somente quando o homem conseguir compreender as relações de exploração do capital a que estão sujeitos tanto ele quanto a mulher, somente quando ele perceber que tudo faz parte de uma lógica que cria mecanismos que alimentam a concorrência entre os trabalhadores, poderá, então, perceber que ambos são vítimas de um mesmo processo, do Modo de Produção Capitalista (MPC).

Portanto, reconhecer as particularidades do trabalho feminino é reconhecer as condições do seu próprio trabalho dentro deste sistema. Em outros termos: ölibertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetichesö (SAFFIOTI, 1976, apud NOGUEIRA, 2010, p. 203).

Conforme Santos e Oliveira (2010), o MPC foi e continua a ser favorecido pela opressão vivida pelas mulheres, tanto no quesito ideológico (através da reprodução do papel conservador da família e da mulher), quanto no aspecto da inserção precária da mulher no mercado de trabalho.

Para tanto, sobre a questão do trabalho nos marcos do MPC, Segnini (ao parafrasear Marx) nos diz que ãa singularidade do trabalho no capitalismo está na produção do valor, na

produção de mercadorias, constituindo a base das relações sociais de classe, de exploração (SEGNINI, 2010, p. 9-10).

Desse modo, verificamos em algumas obras de Marx (a exemplo da maior delas, *O Capital*, em seu Cap. XIII intitulado "A maquinaria e a indústria moderna") diversas passagens que denunciam as condições de trabalho pelas quais mulheres (e crianças) eram submetidas cotidianamente, como exemplo as manufaturas de Birmingham:

30.000 crianças e jovens, além de 10.000 mulheres. Aí são empregados em atividades insalubres, nas fundições de cobre, na fabricação de botões, nas oficinas de esmaltar, de galvanizar e de laquear. [...] Um dos trabalhos mais humilhantes e sujos, e mais mal pagos, em que se empregam de preferência meninas e mulheres, é o de classificar trapos. [...] as classificadoras de trapos servem para transmitir varíola e outras doenças contagiosas das quais são as primeiras vítimas (MARX, 1980 apud SEGNINI, 2010, p. 09-10).

Sendo o capitalismo um modo de produção dotado de contradições, cuja discussão perpassa a luta de classes, a exploração-dominação do trabalho e as desigualdades socialmente construídas (a partir do momento que a riqueza socialmente produzida não é distribuída igualmente), não há um distanciamento entre a análise do capitalismo e da categoria gênero sob a perspectiva da totalidade.

Assim como esse modo de produção, o estudo do gênero é permeado por questões de exploração-dominação, por desigualdades socialmente construídas e por conflito de interesses. Esses conflitos se davam pela forma como se organizavam em comunidade, especialmente, após a instauração da propriedade privada⁶.

Marx e Engels, em *"A ideologia alemã"*, afirmavam que a primeira manifestação da propriedade se dava no interior da família, no espaço doméstico, pois esse era o lugar reservado tanto à mulher livre quanto à mulher escrava na divisão social do trabalho (NOGUEIRA, 2010). A esse respeito os autores apontam que

A primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos, ao que Engels acrescentou, na *Origem da família da propriedade privada e do Estado*, que o primeiro antagonismo de classes que apareceu na História coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (MARX; ENGELS, 1977, apud NOGUEIRA, 2010, p. 200).

⁶ O leitor também poderá recorrer ao clássico de Friedrich Engels (2002) *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

Observe que as desigualdades de gênero são anteriores ao surgimento do capitalismo, todavia, é nesse sistema que elas se tornaram notórias e acentuadas, uma vez que foram (e ainda são) reproduzidas pela ideologia do capital.

Na trajetória histórica do sistema capitalista, ocorreram diversas transformações no interior de suas relações e no modo de produção (que vão desde a fase de acumulação primitiva até a fase da mundialização do MPC) (NETTO; BRAZ, 2007).

Conforme Netto e Braz (2007) analisam, no decorrer de sua mundialização, o MPC possibilitou uma divisão internacional do trabalho, com espaços nacionais especializando-se e resultando em uma hierarquia/subordinação entre os países, onde os mais desenvolvidos exercem domínio e exploração sobre os menos desenvolvidos.

Essa nova configuração no MPC, através dos processos de reestruturação produtiva possibilita outra forma de acumular capital a partir da ãacumulaçãõ flexívelö que, segundo Harvey (1992, apud NOGUEIRA, 2010, p.204), justifica-se

Na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovações comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado òsetor de serviçosö.

A crise no modelo de produção taylorismo/fordismo forçou o capital a entrar em um processo de reorganização da produção e de seu sistema ideológico e político de dominação. Uma das formas que o capital encontrou para òsanarö a crise foi a introdução da política neoliberal⁷, marcada por privatizações, desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, dentre outras medidas.

Esse desmonte nos direitos dos trabalhadores incidiu no aumento do trabalho informal e precarizado, através da flexibilização dos processos de trabalho que, somada ao neoliberalismo, tem relação direta com o crescimento do trabalho feminino (NOGUEIRA, 2010).

⁷ òO neoliberalismo é uma utopia ou uma teoria que pretende dar uma explicação total do ser humano e de sua história em torno da economia. Faz da economia o centro do ser humano a partir do qual todo o resto se explica. Foi elaborada principalmente em Chicago sob a inspiração de Friedrich Hayek, austríaco radicado nos Estados Unidos [...]. Desde de Chicago o neoliberalismo expandiu-se pelo mundo inteiro e tornou-se, na década de 80, a base do òpensamento únicoö no mundo ocidentalö (COMBLIM, 2000). No Brasil, a Política Neoliberal foi introduzida no governo Collor impulsionada na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

O trabalho terceirizado e precarizado possibilita a execução de tarefas no espaço doméstico (os chamados trabalhos em domicílio), que beneficia os empresários a partir do momento em que esses não têm responsabilidades trabalhistas com esses trabalhadores (NOGUEIRA, 2010).

Outro aspecto importante colocado pela referida autora no que diz respeito ao trabalho realizado em domicílio é que este se constitui como mais um mecanismo de reprodução do capital. Nas palavras de Nogueira (2010, p. 206),

Quando o trabalho produtivo é realizado no espaço doméstico, o capital, ao explorar a mulher enquanto força de trabalho, apropria-se com maior intensidade de seus atributos desenvolvidos nas suas atividades reprodutivas, vinculados às tarefas oriundas de seu trabalho reprodutivo. Dessa forma, além de o capital intensificar a desigualdade de gênero na relação de trabalho, ele acentua a dimensão dúplice da sua exploração, ou seja, explora o trabalho feminino tanto no espaço produtivo quanto depende desse no espaço reprodutivo.

O trabalho feminino na América Latina, de acordo com Nogueira (2010), ocorreu com algumas particularidades inerentes aos países de economia dependente e subordinados ao grande capital. A referida autora aponta que, mesmo com um acréscimo acentuado de mulheres no mercado de trabalho, ainda há nesse uma predominância masculina.

Podemos citar o exemplo do Uruguai em 1986: os trabalhadores masculinos eram 60% e, em 1997, caiu para 55%; já as trabalhadoras eram 40% e subiu para 45% no mesmo período (NOGUEIRA, 2010).

Entretanto, assim como em várias partes do mundo, a inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido caracterizada pelas formas de trabalho informal, precarizado, e por salários desiguais.

No Brasil, essa realidade não é diferente. Mas acrescenta-se a isso o fato de que, em relação à jornada de trabalho, as mulheres, majoritariamente, ocupam espaços onde a carga horária de trabalho é menor, onde há uma flexibilidade na jornada.

Conforme Nogueira (2010) analisou, essa realidade somente é possível pela legitimação social que possibilita o emprego de mulheres em espaços onde a duração do tempo de trabalho é menor e que possa proporcionar a conciliação entre vida familiar e profissional.

O que podemos constatar é que o ingresso feminino no mundo do trabalho constituiu-se como uma via de mão dupla, posto que se por um lado possibilitou avançar no processo de emancipação feminina (minimizando a dominação do âmbito doméstico), por outro, permitiu que esse sistema ampliasse a exploração da força de trabalho através do trabalho feminino.

Para Santos e Oliveira (2010) o mundo produtivo pode desvendar relações de desigualdades, uma vez que as relações existentes entre gênero e classe nos permitem constatar que presenciamos uma construção social sexuada do trabalho, na qual os homens são diferentemente qualificados e capacitados para o mercado de trabalho.

Mas como podemos identificar essa construção social sexuada do trabalho? Como ela ocorre? Em uma pesquisa realizada por Bruschini e Puppini (2004) intitulada *Trabalho de mulheres executivas no Brasil no fim do século XX* observamos, por exemplo, na fala das entrevistadas, que há um perfil idealizado para que homens e mulheres consigam chegar à direção ou presidência de uma grande empresa, de uma multinacional⁸.

A pesquisa apontou que, das entrevistadas, poucas ocupavam cargos de direção e as que ocupavam, se concentravam em áreas tradicionalmente femininas, como a social, cultural ou da saúde (BRUSCHINI; PUPPIN, 2004).

Tal estudo exemplifica essa distinção na qualificação e capacitação destinada para homens e mulheres no mercado de trabalho (uma vez que os homens são preparados para ocupar cargos de liderança), bem como permite visualizarmos a ocorrência dessa divisão sexual do trabalho.

Em concordância com o exposto, Guiraldelli e Engler (2008) nos diz que as mulheres nas universidades são ainda maioria nas áreas de humanas, enquanto que nas ciências exatas e biológicas, consideradas *ciências duras*, os homens são predominantes.

O Serviço Social é um exemplo ímpar da presença majoritária de mulheres na academia (nas Ciências Humanas e Sociais), conseqüentemente, na prática profissional. De acordo com Iamamoto (2011), trata-se de uma profissão perpassada por relações de gênero, por se constituir socialmente e historicamente através da predominância feminina. Ainda segundo a supracitada autora, esse elemento atribuiu, em parte, traços de subalternidade a referida profissão se comparada a outras de maior prestígio e reconhecimento social.

⁸ As entrevistadas da pesquisa supracitada trabalham em algumas dessas empresas: Banco do Brasil; Wella; Editora Record; Coca-cola Company; Empresa de Telefonia (ATL); dentre outras.

Contudo, na virada do século XIX para o XX ocorreram avanços bastante significativos das conquistas das mulheres na sociedade por meio da forte presença do Movimento Feminista⁹ (MF) que tornou a luta dessas mulheres mais organizada.

O MF na América Latina começou a ter destaque a partir da década de 1970 do século XX, em virtude das contestações aos governos militares autocráticos e repressivos (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

O processo de organização latino-americana apresenta uma especificidade que se expressa na composição de mulheres atuando nos movimentos guerrilheiros ou nas organizações políticas. Essas foram ãexiladas, participantes do movimento estudantil, das organizações acadêmicas politizadas e dos partidos políticos progressistasö (COSTA, 2005 apud SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 15).

Entretanto, a década de 1980, representou um período de contradições nos países da América Latina, posto que ao passo que avançava o processo de ãredemocratizaçãoo, os governos iniciaram uma expansão dos espaços de participação política, culminando na abstração dos interesses antagônicos entre as classes sociais.

Os tensionamentos no cerne do MF latino-americano, causados pelas experiências da ãredemocratizaçãoo impulsionaram os movimentos sociais (inclusive o feminista) a reatualizarem sua crítica ante o Estado e refletirem sobre novas estratégias para assegurar visibilidade ao movimento, buscando políticas afirmativas e combativas às práticas de opressão sofridas pela classe trabalhadora e, especificamente, pelas mulheres.

Neste sentido, Cisne e Gurgel (2008) destacam a importância do papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) como representantes dos interesses do MF. Nas palavras das autoras,

O fato é que as ONGs passaram a ser representantes do movimento feminista desenvolvendo, a partir daí, estudos, pesquisas e proposições de políticas públicas, além de, em muitos casos, possuírem assento em conselhos, comitês e comissões tripartite em nome do movimento (CISNE; GURGEL, 2008, p. 79).

⁹ O movimento feminista despertou em fins do século XVIII, momento de difusão das teorias iluministas; no entanto, o marco das experiências do movimento em tela se deu entre os séculos XIX e XX. De acordo com Sales, Amaral e Esmeraldo (2000), o movimento feminista apresentou-se como um movimento social que interferiu profundamente no cenário político e social do ocidente, posto que o mesmo se constituiu como um movimento de resistência e crítica das normas sociais postas. No centro do projeto estava a ãmultiplicidade, a pluralidade do político e a impossibilidade tanto da unificação quanto da hegemonia do universal nas sociedades divididas pelas relações sociais de sexo e de gênero, entre outrasö (SALES; AMARAL; ESMERALDO, 2000, p. 15-16).

Outro aspecto relevante a ser pontuado diz respeito à relação do MF frente ao Estado. Esta vem focalizando reivindicações do movimento por políticas públicas, participação de lideranças nas estruturas governamentais, assim como a representatividade do movimento na negociação direta com os órgãos do Estado (CISNE; GURGEL, 2008).

Para Sales, Amaral e Esmeraldo (2000), as lutas do MF no mundo podem ser divididas em três momentos históricos: o *primeiro* corresponde ao período entre os anos de 1850 a 1950, contexto em que ocorreram as primeiras organizações de mulheres (conhecidas como sendo igualitaristas e sufragistas) que lutavam pelo acesso à educação e ao direito de votar. Nas fábricas, reivindicavam melhores condições de trabalho e redução da jornada de trabalho.

O *segundo momento*, compreendido como período contemporâneo do movimento feminista, entre os anos 1960 a 1980, foi perpassado por diversas transformações sociais e culturais que deram destaque à luta e conquista de novos territórios pelo movimento, que pôs a mulher em uma posição de maior projeção internacional e nacional.

Diante desse quadro, o reconhecimento e legitimação das lutas do MF fez surgir um feminismo heterogêneo e plural. Destacaram-se também as configurações dos espaços institucionais e acadêmicos conquistados, que diversificaram as tensões dentro do próprio movimento: os primeiros estudos que utilizam a categoria gênero.

O *terceiro momento*, balizado durante os anos 1990, resgata a importância da reflexão que o pensamento feminista provocou, sobretudo nas formas de produção do conhecimento e de representação da realidade que interferem na construção da teoria social (BANDEIRA, 1997 apud SALES; AMARAL; ESMERALDO, 2000, p. 17).

Desta maneira, apreendemos que o MF é um movimento de luta e contestação que trouxe à tona as condições de exclusão e de inferioridade dadas às mulheres e que, por sua vez, predominou desde o mundo grego até a modernidade (SALES; AMARAL; ESMERALDO, 2000).

Contudo, é de extrema importância ressaltarmos o protagonismo das mulheres na busca pela ampliação dos seus direitos. Essas não se constituíram como sujeitos passivos na história, posto que se rebelaram e reivindicaram sua posição no interior do tecido social (GUIRALDELLI; ENGLER, 2008).

2.3 O MOVIMENTO FEMINISTA NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA

Fruto de um processo iniciado na década de 1960, através da chamada *revolução sexual* que marcou o surgimento da pílula anticoncepcional, as idéias feministas começam a ganhar voz no Brasil. Entretanto, assim como ocorreu na América Latina, o MF no Brasil só passa a ganhar força a partir da década de 1970, impulsionado pelas comemorações ao Ano Internacional da Mulher, em 1975 (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Em 1980, já consolidado, o MF desenvolveu ações articuladas a outros movimentos, cuja pauta de reivindicações envolveu questões como a homossexualidade e luta pela igualdade racial. Assim, diversos grupos sociais se identificaram com as bandeiras de lutas feministas que incorporaram os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher e a questão da sexualidade na sua agenda de reivindicações (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Cumprir sinalizar, outrossim, que a década de 1980, apesar de ser rotulada como a *década perdida*, uma vez que a economia apresentava-se estagnada, sobretudo, pela retração da indústria brasileira, representou um período de grandes transformações.

Naquela época, o país vivenciava um momento de redemocratização após longo período de regime militar. Havia também uma forte presença dos movimentos sociais, que se encontravam significativamente organizados.

Os anos 1980 tiveram papel fundamental na história de conquistas para as mulheres, pois, naquele contexto, houve a criação das primeiras Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEMs), com um corpo de profissionais composto apenas por mulheres, além da Campanha *Constituinte Livre e Soberana*, onde as feministas chamavam a atenção do eleitorado para questões específicas das mulheres (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Ainda naquela década, cumpre destacar a criação de Conselhos de Direitos das Mulheres, do Programa Integral da Saúde da Mulher, entre outras demandas que exigiram a presença de algumas ativistas na institucionalidade governamental (CISNE; GURGEL, 2008).

O MF continuou avançando com suas bandeiras de luta, adentrando nas arenas políticas e adquirindo espaços nas instituições de representatividade do Estado. Esse avanço possibilitou inúmeras conquistas, em especial a partir dos anos 2000.

No início do governo Lula, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) que trouxe à tona questões reivindicatórias do próprio movimento

(enfrentamento à violência contra a mulher, a questão da autonomia, igualdade, do mercado de trabalho, dentre outras).

A nova redação da Lei nº 12.314/10, em seu Art. 22, altera a Lei nº 10.683/03 que regulamenta a SPM, dispondo que:

À Secretaria de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elabora e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal, com vistas à promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e no combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até 3 Secretarias (BRASIL, 2010)

Em 2004, realizou-se a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), organizada a partir das demandas colocadas pelas Conferências Municipais e Estaduais, respectivamente, cujo tema central foi: *Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero*.

A partir das Diretrizes da I Conferência, elaborou-se o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), cuja estrutura se encontra em torno das seguintes áreas estratégicas de atuação: Autonomia; Igualdade no mundo do trabalho e cidadania; Educação inclusiva e não sexista; Saúde das mulheres; direitos sexuais e direitos reprodutivos e, enfrentamento à violência contra as mulheres (PNPM, 2005 apud SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 17).

Tivemos em 2006 a promulgação da Lei Maria da Penha, que coíbe a violência contra a mulher; em 2007, a realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), com objetivo de analisar e reafirmar os princípios e diretrizes da I CNPM, bem como avaliar a implementação do I PNPM. Como consequência da II CNPM, instituiu-se do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM).

O II PNPM resulta da mobilização social de quase 200 mil brasileiras que participaram, em todo país, das Conferências Municipais, Estaduais e elegeram 2.700 Delegadas à II CNPM, em agosto de 2007. Segundo o referido documento constitui um plano de governo que expressa a vontade política do Governo Federal em reverter a desigualdade de gênero no país.

O II PNPM é orientado a partir dos princípios aprovados nas I e II Conferências Nacionais, são eles:

- a) *Igualdade e Respeito à Diversidade*: mulheres e homens são iguais em seus direitos e sobre este princípio se apóiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda o combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e consideração das experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.
- b) *Equidade*: o acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais, buscando-se a justiça social, requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres.
- c) *Autonomia das Mulheres*: deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social.
- d) *Laicidade do Estado*: as políticas públicas de Estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e nos diversos instrumentos internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas.
- e) *Universalidade das Políticas*: as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersetorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia.

- f) *Justiça Social*: implica no reconhecimento da necessidade de redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade e na busca de superação da desigualdade social, que atinge as mulheres de maneira significativa.
- g) *Transparência dos Atos Públicos*: deve-se garantir o respeito aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com transparência nos atos públicos e controle social.
- h) *Participação e Controle Social*: devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas (BRASIL, 2008).

A criação do II PNPM foi um avanço para os movimentos de luta feminista, uma vez que incorporou novos elementos, em relação ao I PNPM, os quais buscam superar as desigualdades de gênero no país sob uma perspectiva universalista dos direitos e de respeito à diversidade humana.

Entretanto, se analisarmos todos os princípios, veremos que infelizmente muitos deles são direitos ainda negados às mulheres, a exemplo do princípio da *Autonomia das mulheres*, talvez um dos mais polêmicos, sobretudo, no que tange a questão das mulheres poderem decidir sobre os seus corpos.

Não basta criar leis, programas e ações afirmativas se a implementação não for completa. Assim, cabe a nós, enquanto sociedade civil, cobrarmos um empenho maior para efetivar os referidos princípios.

Se em outro determinado momento histórico o MF lutou pela conquista dos direitos sociais e políticos (como direito ao voto, à educação, trabalho), hoje, contudo, luta por ampliações daqueles e, principalmente, pela efetivação concreta dos mesmos, de maneira que as mulheres consigam vivenciar sua cidadania.

A agenda política do MF na atualidade ocupa-se em reivindicar políticas públicas afirmativas (a exemplo do I e II PNPM), que satisfaçam demandas por melhorias nas condições de vida das mulheres, valendo-se de um potencial crítico, criativo e organizado para se confrontar com o Estado.

Dessa forma, os desafios postos ao MF são imensos (diante de um contexto em que o que há é uma fragmentação dos movimentos sociais, assim como um esforço do Estado em desmobilizar as suas lutas), ao passo que a crítica ao Estado e ao capitalismo impõe ao movimento um caráter emancipatório na construção de sujeitos coletivos.

Nessa construção encontra-se outro aspecto desafiador ao MF, que é quanto à definição de estratégias que, nas especificidades de cada forma de opressão, o MF consiga atuar buscando pontos comuns e sem perder de vista o horizonte emancipatório (CISNE; GURGEL, 2008).

O maior valor defendido pelo MF é o da *liberdade*. Logo, só é possível vivenciá-lo, verdadeiramente, a partir do momento que se conquistar de forma plena a emancipação humana (CISNE; GURGEL, 2008).

3 SEGURANÇA PÚBLICA: OS PARADIGMAS DO CASO BRASILEIRO

Nesta ocasião, abordaremos a temática da Segurança Pública, revelando como esta foi introduzida e desenvolvida no Brasil (as formas assumidas; os conceitos que existem e foram usados no país).

Em seguida, faremos algumas considerações históricas sobre a PM da Paraíba e do 2º BPM/PB, apresentando sua estrutura e funcionamento. Além disso, mostraremos como se deu a aproximação entre as mulheres e a PM.

3.1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A questão da segurança é uma preocupação que acompanha a trajetória do país desde a sua conquista pelos portugueses.

Na época da Colonização, a preocupação principal de Província Portuguesa era com a defesa do território de suas colônias, inclusive a das terras brasileiras, contra as ameaças dos povos estrangeiros. A segurança das cidades e vilas era realizada de forma privada por quadrilheiros e capitães-do-mato (especializados em capturas de escravos fugitivos) pagos pelos senhores de terras para fazer a proteção da mesma (GONÇALVES, 2009).

Nos anos de 1542 e 1549, respectivamente, foram criadas, em São Vicente de Paulo, as Milícias formada por colonos e índios cujo objetivo era a defesa da Vila de invasões, bem como as Ordenações, a qual também visava à defesa interna das Vilas e a manutenção da ordem. Entretanto, ambas foram extintas, pois, se tornaram tropas indisciplinadas (ARAÚJO, 2011).

Em 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil, foi instituído por D. João VI o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, cujas atribuições eram zelar pela segurança da Família Real e pela segurança coletiva, através do policiamento dos logradouros públicos, investigação de crimes e captura de criminosos (GONÇALVES, 2009).

Com o passar dos anos (mais precisamente, em 1831), criam-se as Guardas Municipais de Voluntários. No entanto e em virtude do avanço da sociedade e do aparato que envolve a questão da segurança, conforme Araújo, em 1947, através da Constituição Federal aquelas foram denominadas de Polícias Militares (LIMA, 2000 apud ARAÚJO, 2010).

A partir da institucionalização da PM (1947), surge uma nova ideia de segurança: não mais focada apenas na defesa do território contra invasões inimigas, mas na manutenção da ordem pública com vistas a defender o patrimônio, o direito individual da população, bem como prevenir o avanço da criminalidade e da violência (ARAÚJO, 2011).

É necessário, contudo, que façamos uma ressalva sobre de como se dava a relação da segurança no trato com algumas expressões da *questão social*¹⁰ antes da institucionalização da PM (em 1947) e da introdução dessa nova idéia de segurança.

Naquela época, o crescimento industrial da economia brasileira emergia imbricado a um complexo de relações mercantis em dissolução. Antes de 1930, as relações econômicas do país ocorriam entre importadores e consumidores. O desgaste desse modelo possibilitou, por um lado, a ação do empresariado e, por outro, a organização da empresa e do comportamento do operariado (CERQUEIRA FILHO, 1982).

É na abertura de uma relação construída entre importadores e empresários que aparece o entendimento da *questão social* como expressão concreta da relação Capital x Trabalho no interior do processo de industrialização capitalista. A princípio (1890/1930), a *questão social* não fazia parte do discurso da classe dominante, ao contrário, esta buscava ocultá-la, silenciá-la através dos aparelhos repressivos do Estado (CERQUEIRA FILHO, 1982).

No entanto, a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, a *questão social* passa a ser reconhecida e ganha *status* de legitimidade perante o Estado, que dará um novo tratamento a esta problemática social. Portanto, para Cerqueira Filho (1982), a partir daquela década, o Estado assume a *questão social* como caso de *política*, retirando-a da lógica repressiva (de *polícia*).

Neste sentido, compete ao Estado prestar segurança à população, de maneira a garantir a sua integridade física e moral, permitindo uma convivência harmoniosa onde os cidadãos possam exercer sua cidadania livre dos perigos advindos da criminalidade e da violência (JUCÁ, 2002, apud ARAÚJO, 2011).

¹⁰ A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998, p. 77).

Nesta perspectiva, é crucial que entendamos quais foram, ao longo do tempo, os conceitos que nortearam a questão da Segurança no Brasil, como forma de identificarmos os objetivos contidos no uso de cada paradigma (FREIRE, 2009).

O primeiro paradigma utilizado foi o da *Segurança Nacional*, cujo conceito, de acordo com Freire (2009), pode ser definido como

A habilidade de um Estado garantir, em determinada época, a obtenção e manutenção de seus objetivos nacionais, apesar dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais. [...] Em suma, o paradigma da Segurança Nacional caracteriza-se pela prioridade dada, inicialmente, ao inimigo externo, materializado no comunismo, e posteriormente, ao inimigo interno correspondente a qualquer indivíduo percebido como contrário à ordem vigente (FREIRE, 2009, p. 103).

Este paradigma irá acompanhar a Segurança brasileira até o período ditatorial, no entanto, com um diferencial: se antes esse paradigma estava relacionado às ameaças externas, como invasões de países vizinhos, ou mesmo pelo avanço do comunismo, como colocou a referida autora, na ditadura militar este conceito fez referência aos inimigos internos, a tudo que viesse a pôr em risco a paz nacional.

No período ditatorial (1964/1985) a *Segurança Nacional* primava pela defesa do Estado e da coesão social, isto é, fundava-se na lógica da supremacia inquestionável do interesse nacional. Este momento da história brasileira foi caracterizado pela supressão dos direitos constitucionais através de ações como censura, de perseguições políticas e tantas outras atrocidades cometidas a qualquer manifestação que se opusesse ao regime militar. O maior exemplo dessas atrocidades está contido no Ato Institucional nº 5 (AI-5) (FREIRE, 2009).

Para dar consistência e andamento as suas ações, bem como justificar o uso da força sem medidas, o Estado montou um aparato bastante repressivo através da criação do Serviço Nacional de Informação (SNI) e de órgãos de informação das Forças Armadas, como, por exemplo, o Destacamento de Operações de Informações (Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-Codi) (FREIRE, 2009).

Com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, tem-se uma nova concepção de segurança, sob a adoção do paradigma da *Segurança Pública* (FREIRE, 2009). Para Araújo (2011), esta consiste em um conjunto de ações repressivas, preventivas, judiciais e sociais necessárias para que a sociedade conviva de forma pacífica, zelando por sua segurança.

Podemos constatar, portanto, que enquanto a *Segurança Nacional* diz respeito às ameaças dos inimigos externos e internos, a *Segurança Pública* transfere seus esforços para o combate à violência no âmbito interno do país (FREIRE, 2009).

Conforme Cristino (2008), com a promulgação da CF 1988, a *Segurança Pública* passa a ser considerada dever de todo cidadão, retirando a exclusividade dos órgãos policiais. Tal prerrogativa é verificada no Capítulo V, Art. 144 da referida Constituição a qual afirma que a Segurança Pública, dever do Estado direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 2011, p. 63).

Neste sentido, Santos (2006 apud ARAÚJO, 2010 p. 14-15), com relação ao papel do Estado no trato com Segurança Pública aponta que

A Segurança Pública enquanto atividade desenvolvida pelo Estado é responsável por empreender ações de repressão e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos. As instituições responsáveis por essa atividade atuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos socialmente responsáveis, assegurando a proteção coletiva e, por extensão dos bens e serviços [...] Atualmente as funções de prevenção do crime, policiamento ostensivo e ressocialização dos condenados estão divididos entre o Estado, a sociedade e a iniciativa privada.

A CF de 1988 foi um marco para a sociedade brasileira, pois, naquele contexto, o país vivenciava uma década de forte presença dos movimentos sociais, de luta pela redemocratização do Brasil, obrigando o Estado a responder a esses movimentos de maneira satisfatória.

Apesar de se constituir em um elemento de extrema importância para a democracia brasileira, a referida Lei Magna apresentou uma carência correspondente à realidade nacional, posto que, historicamente, o país adotou e reproduziu modelos e conceitos oriundos de outros países (não só na Política de Segurança, mas também na saúde, educação, dentre outras). Isto fez com que muitas determinações legislativas e comportamentais disciplinadas não fossem efetivamente incorporadas por não se adequarem a realidade social do país (CRISTINO, 2008).

Destarte, para Cristino (2008), mesmo levando em consideração a abertura política promovida pela CF de 1988, houve a legitimação de garantias sequer questionadas na época, de maneira que se tornou imprescindível o planejamento de sua implementação. O vazio gerado pela ausência dessa etapa resultou na atuação incoerente dos órgãos atingidos por essa mácula.

Daí decorre a concepção que se tem até os dias atuais de se compreender que os órgãos que compõem a Segurança Pública são eminentemente repressivos e opressores.

Essa a ideia também alimenta a noção de segurança como função exclusiva da polícia, onde a redução da violência e da criminalidade só é possível através do aumento do contingente policial e de sua manifestação invasiva e rigorosa (CRISTINO, 2008).

Tal concepção de segurança, ainda tão presente na sociedade, nos reporta àquele determinado período histórico do país, onde as expressões da *questão social* foram duramente reprimidas, tratadas como caso de *polícia* e não de *política*.

Nestes termos, a *questão social* seria vista e tratada novamente como caso de polícia, desconsiderando assim, que tais fatos estão dentro de uma lógica macrossocial, decorrente do modo de produção vigente, o capitalista.

Dessa maneira, repõem-se ãos discursos demagógicos e a retórica vazia segundo os quais a brutalidade policial significa, sobretudo, competência (SOARES, 2006 apud CRISTINO, 2008, p. 3).

Apesar do avanço jurídico trazido pela CF de 1988, no que se refere à estrutura organizacional no setor de Segurança Pública, a Lei Magna se mostrou negligente na concepção de Cristino (2008, p. 3), posto que a referida Constituição

Sequer elaborou projetos para a adequação das instituições policiais ao regime democrático. A segurança pública permaneceu indiferente e imóvel, mantendo estruturas funcionais e organizacionais conservadoras, herdando a tradição autoritária.

Portanto, dentro do atual contexto, em que a superexploração do homem pelo homem se intensifica (com a superprodução em busca do aumento da acumulação e concentração do capital), podemos evidenciar uma enorme disparidade entre ricos e pobres, de maneira que há um crescimento dos riscos de vulnerabilidade social da população menos favorecida dos bens de subsistência.

Após a promulgação da CF de 1988 (mais precisamente, a partir dos anos 2000), teoricamente, a segurança brasileira passa a adotar um novo paradigma, o da *Segurança Cidadã*. Este paradigma surgiu na América Latina, em meados da década de 1990, abordando como princípio a implementação integrada de políticas setoriais a nível local (MARTIN et al, 2004 apud FREIRE, 2009).

O conceito de *Segurança Cidadã* origina-se através das diversas facetas que envolvem a questão da violência. Assim, busca atuar tanto no controle quanto na prevenção da violência, através de políticas públicas integradas no âmbito local (FREIRE, 2009).

Para tanto, essa nova concepção de Segurança procura se adequar ao modelo democrático, com vistas a resgatar a [ideia de] cidadania, a solidariedade e o respeito aos direitos humanos no cerne dos órgãos estatais envolvidos na efetivação da segurança, bem como em toda a sociedade (CRISTINO, 2008, p. 4). Diante deste fato, a autora destaca que

Tais atitudes superam o sistema policial convencional, instituindo a atuação preventiva e repressiva qualificadas, valorizando a resolução pacífica dos conflitos, motivando a interação das instituições à comunidade. Dessa forma, a sociedade civil além de exigir o cumprimento de metas, atua como fiscalizador da probidade do sistema, controlando, inclusive, a prestação da justiça (PRONASCI, 2007 apud CRISTINO, 2008, p. 4).

Tendo tais considerações como horizonte, podemos apreender que a *Política de Segurança Pública*, em especial, pautada no paradigma da *Segurança Cidadã*, não corresponde apenas a medidas de vigilância e repressão, mas a um sistema que envolve justiça e busca pela garantia dos direitos individuais e sociais, a partir da prevenção, na reparação do dano, no tratamento de causas e na reinclusão dos indivíduos na sociedade, por meio da participação da população.

Neste sentido, vale ressaltar que tal Política de modo algum pode prescindir do controle e da repressão qualificada do crime, assim como da prisão de criminosos. Portanto, atuar somente nessa direção não tem demonstrado eficiência e eficácia em nenhum país democrático, principalmente em um país como o Brasil, de dimensões continentais e configuração geopolítica baseada em uma república federativa (RICARDO; CARUSO, 2007).

Não basta apenas investir em Segurança Pública. É necessário reorganizar as legislações do país, visto que, de acordo com Ricardo e Caruso (2007, p. 105), a nossa lei [...] não consegue acompanhar e dar conta de todos os eventos, porque o seu conteúdo é reflexo de um contexto sócio-histórico específico.

A referida Constituição, tida como *Constituição Cidadã*, representou um avanço jurídico para a sociedade brasileira da época, primando pelo exercício da cidadania, garantindo liberdades políticas e diversos direitos sociais. Todavia, a realidade social é dinâmica e se diversifica com tal rapidez que não pode a legislação brasileira ficar à margem dessa realidade. Faz-se necessário, portanto, que as leis avancem, na medida em que se avance a realidade do país.

Por outro lado, cumpre destacar que, a partir do início dos anos 1990, o país começa a vivenciar profundas transformações no campo político e econômico, os quais interferiram diretamente no agudizamento das expressões da *questão social*.

Tal período marca a introdução da política neoliberal no país, a partir da abertura econômica, com programas de privatizações de estatais, com reestruturações na produção e no mundo do trabalho, aumento da inflação e do desemprego, dentre outras práticas (BEHRING, 2008).

Esses fatos contribuíram para o acirramento da criminalidade e da violência no nosso país, de maneira tal que seus efeitos são sentidos cotidianamente e fica a cargo da Segurança Pública criar meios de prevenir e combater o crime.

Diante da intensificação do processo de exclusão social que assombra a sociedade brasileira, e se tratando de *Segurança Pública*, a população menos favorecida só conhece a face repressiva e retrógrada da força policial (CRISTINO, 2008).

Na década de 1990, com vistas a combater a criminalidade e a violência que amedrontava e ainda amedronta a população brasileira, foram tomadas algumas medidas estruturais na Política de Segurança Pública.

A primeira delas foi com a criação da Medida Provisória nº 813, em 1995, que instituiu a *Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública* (SEPLANSEG), órgão direcionado à articulação de ações nacionais referentes à Segurança Pública.

Em 1997, a SEPLANSEG foi transformada na *Secretaria Nacional de Segurança Pública* (SENASP), ampliando suas competências e atribuições (PRONASCI, 2007 apud CRISTINO, 2008).

A SENASP tem o intuito de assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da Política Nacional de Segurança Pública, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio de diversas ações (BRASIL, 2008).

Essas ações dizem respeito a: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do país; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (INFOSEG); efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de Segurança Pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes.

Em suma, a SENASP é responsável pela qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações (BRASIL, 2008).

Nos anos de 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), após o sequestro do ônibus 174¹¹, fato de grande repercussão na mídia nacional e internacional, foram tomadas duas importantes medidas para enfrentar a criminalidade.

A *primeira medida*, em junho de 2000, veio com a criação do *Plano Nacional de Segurança Pública* (PNSP), tendo como principal objetivo articular ações repressivas e preventivas à criminalidade no país.

O PNSP apresentava uma sequência de 15 compromissos e 124 ações com as quais o Governo Federal se comprometia a atuar efetivamente contra a violência, especificamente, contra a violência urbana e apresentava algumas ações que necessitavam de articulação com as autoridades estaduais e municipais (CANO, 2006).

Conforme Lopes (2009 apud CARVALHO; SILVA, 2011) o PNSP foi considerado a primeira política nacional e democrática da segurança focada na inovação tecnológica e no aperfeiçoamento do sistema de Segurança Pública pela integração de políticas de segurança, sociais e ações comunitárias.

Em 2001, um dos frutos de uma das 124 ações propostas pelo PNSP, foi a instituição do Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência Urbana (PIASP), ligado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e cuja especificidade era a não dependência de recursos próprios (CANO, 2006).

Dessa forma, o PIASP agia como articulador de iniciativas de vários ministérios, com atribuições de prevenção à violência. Era um programa intersetorial que buscava coordenar e maximizar os resultados das diversas agências governamentais (CANO, 2006). Entretanto, a partir do primeiro mandato do governo do ex-presidente Lula esse programa foi esquecido e deixado de lado.

¹¹ Para maiores esclarecimentos acerca desse episódio que comoveu a população, o leitor poderá assistir ao Documentário *Ônibus 174ö*, direção de José Padilha, em 2002.

A *segunda medida*, para respaldar o PNSP, foi a elaboração do *Fundo Nacional de Segurança Pública* (FNSP), destinado a gerir recursos para apoiar projetos de responsabilidade nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) do setor em tela (COSTA; GROSSI, 2007).

Segundo Costa e Grossi (2007), a criação do FNSP aumentou consideravelmente os gastos federais com referida política. De 1992 a 2005, o gasto subiu de 1,5 bilhões de reais para 3 bilhões, significando um aumento de 97,5%. Dessa maneira, ainda segundo os referidos autores, os gastos com Segurança Pública, em 2005, superaram as despesas com lazer 0,4 bilhões; cultura 0,5 bilhões; habitação 0,6 bilhões e gestão ambiental 2 bilhões de reais.

De acordo com Bredarioli (2012), apesar de não haver dados concretos atualizados, estima-se que o Brasil gaste o equivalente a R\$ 200 bilhões anuais para suprir os custos ocasionados pela violência no país.

Esse custo anual corresponde a 5% do Produto Interno Bruto (PIB), valor que se pleiteia, por exemplo, para aumentar gastos na área da Educação. Bredarioli (2012) destaca ainda que um cálculo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2010, apontou que com segurança o país gastou quase R\$ 50 bilhões em 2010, enquanto que, em 2003, esse gasto representava menos da metade (cerca de R\$ 22,6 bilhões).

Segundo a referida autora, esse gasto econômico causado pelo aumento da violência transcende os gastos com Segurança Pública, uma vez que atingem diretamente áreas como a saúde, o judiciário, o sistema prisional, o orçamento das famílias das vítimas e, indiretamente, a economia como um todo.

Os custos no sistema prisional são elevados, pois para manter um presidiário, o Estado gasta em torno de R\$ 2 mil por mês. Existem cerca de 500 mil detentos no país e outros 160 mil à espera de vagas em presídios. Nesses termos, para alojar todos esses detentos, o Estado teria que desembolsar o equivalente a R\$ 8 bilhões (BREDARIOLI, 2012).

Os dados expostos mostram a preocupação do governo com a Política de Segurança Pública. No entanto e, contraditoriamente, o aumento com os gastos com o referido setor não representou efetivamente a redução dos índices de criminalidade no país¹².

¹² Um exemplo sobre este fato foi a crescente onda de violência registrada na região metropolitana de São Paulo e na capital do Estado, onde de acordo com a Revista *“IstoÉ Independente”*, com base nos dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 622 pessoas foram mortas na capital paulista no primeiro semestre deste ano (2012); o número é 21% superior ao registrado no ano passado; 118 pessoas foram assassinadas no mês de junho, um aumento de 55% se comparado ao mesmo mês de 2011; 23.028 carros foram

Isto ocorre porque a dinâmica dos fenômenos sociais cresce, se diversifica a cada momento, e atinge todas as cidades brasileiras (sejam elas de pequeno, médio ou grande porte), bem como todas as classes que compõem o tecido social.

Essa preocupação do Estado brasileiro com a Política de Segurança Pública se reveste em um modo neoconservador de tratar a criminalidade e a violência através do investimento em armas e na ampliação do contingente policial. Entretanto, este investimento é ineficiente e ineficaz, uma vez que atua predominantemente no âmbito do imediatismo.

Os recursos e investimentos na política preventiva de crimes são escassos. Essa realidade é constatada na atuação cotidiana das nossas PMs mediante o despreparo para lidar com a comunidade, em negociações contendo reféns ou mesmo em ações que requerem muita atenção, como por exemplo, a entrada nas favelas.

Vale ressaltar, que não estamos questionando a competência ou não da PM no trato com a criminalidade, mas sim, o direcionamento dos recursos realizados pelo Estado no que se refere ao investimento nos recursos humanos, na capacitação e qualificação profissional de todos os sujeitos que fazem parte dos órgãos de Segurança Pública.

A profissão de PM é estressante, principalmente nos grandes centros urbanos, onde os índices de violência são alarmantes, proporcionalmente ao aumento das drogas que é um dos motores da criminalidade.

Diante de um contexto de contrarreforma, de agudização (NETTO, 2000) das expressões da *questão social*, proporcionada pelas transformações que sofre o sistema capitalista, o Policial Militar é um dos profissionais que tratam diariamente com essas expressões, através dos assaltos, sequestros, da disseminação generalizada das drogas e que são motivados pela desigualdade inerente ao sistema vigente.

As condições de trabalho do militar também é outro aspecto que merece atenção. Trata-se de um trabalho precarizado, onde o policial é quem compra o seu fardamento (pelo menos na realidade paraibana), convive com baixos salários, que os induzem a fazer ôbicosô como segurança particular ou realizar serviço extra pela instituição para complementar a renda.

Todos esses fatores interferem no bom desempenho do trabalho policial, na sua autoestima, confiança, através do sentimento de não valorização pelo trabalho prestado à população e ao Estado.

Os equipamentos de trabalho dos policiais não são suficientes para desenvolver uma boa atuação profissional diante do grande e pesado arsenal que tem os criminosos, assim como o aumento do contingente policial também não significará uma sociedade mais tranquila, livre da violência, da criminalidade e inserida em um contexto de coesão social.

Além desses elementos ora abordados, cumpre destacar que o pouco reconhecimento profissional desses PMs pelas instituições policiais e, especialmente, da própria sociedade brasileira, interfere no fator psicológico desses, uma vez que eles já saem para trabalhar sob pressão de não errar, não falhar, porque as críticas serão dadas como certas.

Um exemplo dessas críticas que podemos citar refere-se ao caso Eloáö (ocorrido em outubro de 2008), onde o ex-namorado dela, inconformado com o fim do namoro, a fez refém juntamente com uma amiga. Os policiais, pressionados pela mídia, pela sociedade e com pouca estrutura psicológica, em uma ação desastrosa, invadiram a casa da garota que acabou morta pelo ex-namorado e a amiga ficou ferida.

Foram noticiadas inúmeras falhas com relação à ação da polícia por envolver a amiga nas negociações e permitir que ela voltasse a casa onde os ex-namorados estavam. As críticas foram fortes, principalmente, porque o grupo de policiais que fazia as negociações era da elite da PM de São Paulo. Este fato colocou em xeque a formação (SALDANHA, 2012) recebida pelos militares nas instituições.

A ausência do Estado através de políticas preventivas e combativas das drogas, da violência, do crime contribuiu para o surgimento de um poder paralelo ao poder do Estado, o poder do tráfico, da criminalidade que, nas favelas, passou a ser temido por uns, e respeitado por outros.

Os traficantes criaram suas próprias leis e deram às comunidades a segurança que o Estado até então omitia. Aqueles passaram a dominar territórios onde o Estado não chegava, ou que as políticas do Estado não abarcavam.

A proximidade de grandes eventos esportivos¹³ pressiona o Estado a atuar e combater o crime. Nesta perspectiva, o governo federal juntamente com os órgãos de Segurança Pública iniciou em 2010 diversas ações para reprimir o tráfico, dentre elas as ocupações das grandes favelas do Rio de Janeiro, a exemplo das que formam o Complexo do Alemão e, posteriormente, a da Rocinha.

¹³ Ressaltamos que o Brasil será país sede das Copas da Confederação e do Mundo em 2013 e 2014, respectivamente, e das Olimpíadas em 2016.

Diante dessas ações, a mídia tem papel fundamental para legitimar o Estado brasileiro perante a sociedade. São disseminadas notícias sobre o Estado, colocando-o como atuante, presente e preocupado com a segurança das pessoas que residem naquelas comunidades.

Sobre esse aspecto, Barroco (2011) revela a função ideológica do grande capital para maquiar a realidade social e despolitizar a *questão social*. Segundo a autora,

A ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe. Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira (Chauí, 2000), a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada e tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal é veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação, que falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a questão social, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, o linchamento, a xenofobia (BARROCO, 2011, p. 208).

O projeto de infraestrutura do Rio para receber os próximos eventos esportivos releva uma realidade que não é mostrada, noticiada. Gastam-se milhões em construções de teleféricos, em projetos arquitetônicos nas favelas para atrair os turistas aos morros.

O que nos chama atenção é que a população nem sequer foi consultada sobre essas obras, nem tão pouco que teria que deixar suas casas à livre espontânea pressão, pois as polícias das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) estão prontas para invadir, caso os moradores continuem morando lá. Os que aceitam sair de suas casas por medo recebem o aluguel social no valor de R\$ 400,00 por mês.

Essas construções de casas para receber os turistas estão criando um mercado de especulação imobiliária e, não por acaso, as UPPs foram instaladas próximas a esses grandes projetos que pagam milhões a empreiteiras. Tudo flui de acordo com os interesses de quem recebe mais!

De acordo com o Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, Marcelo Freixo¹⁴, o mapa das instalações das UPPs revela um projeto de cidade ou uma concepção de cidade onde o que está ocorrendo é uma retomada de territórios para viabilizar uma cidade investimento, uma cidade empresa.

¹⁴ O Documentário Independente *Domínio Público* percorre favelas do Vidigal, Vila Autódromo, Providência, zona portuária do Rio de Janeiro, o Maracanã, além de Brasília. Direção: Fausto Mota, Raoni Vidal e Henrique Ligeiro (2012).

Trata-se, portanto, de um projeto de cunho explicitamente mercadológico, verticalizado, no qual os moradores, caso não venham a aderir, a facilitar esse empreendimento, são tratados com desrespeito e como sujeitos despossuidores de quaisquer direitos, e que estão impedindo o progresso da cidade.

Com o propósito de atrair turistas e investimentos empresariais, a prefeitura e o governo estadual, em parceria com o governo federal, estão implantando bases das UPPs e investindo pesado em projetos milionários nas favelas no entorno do Maracanã, na região hoteleira localizada na zona sul e o Morro da Providência, que fica na zona portuária do Rio de Janeiro.

Na verdade, o que se procura é passar para os órgãos internacionais a imagem (ou melhor, o cartão postal!) de um país seguro, pacificado, onde o Estado detém o controle sobre a criminalidade. A mídia contribui nesse sentido, de apresentar ao mundo um país seguro, feliz, agradável de viver e, portanto, pronto para receber turistas de todas as partes do mundo!

Este ambiente de controle não se mascara por muito tempo. Um exemplo que endossa esta afirmação pode ser remetido ao mês de julho de 2012, quando uma policial foi morta na UPP de Nova Brasília, Complexo do Alemão, por um tiro de fuzil que atravessou o colete que a militar usava (que por sinal era inadequado para suportar munição de grosso calibre).

Esse fato contribuiu para mostrar a fragilidade, tática e estratégica, da forma como foi feita a pacificação das favelas do Rio e, principalmente, a fragilidade dos equipamentos utilizados pelos policiais que lidam cotidianamente com traficantes fortemente armados. Por outro lado, reforça o direcionamento da Política de Segurança Pública voltado para medidas repressivas em detrimento de ações articuladas e intersetoriais que busquem prevenir a violência.

Em conformidade com os preceitos previstos na CF 1988, existe desde 2007, e ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei nº 1937/2007, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, de acordo o inciso 7º do Art. 144 da CF 1988 (BRASIL, 2012).

Inspirada no modelo do Sistema único de Saúde (SUS), a proposta do SUSP é garantir a Segurança Pública e os direitos fundamentais, individuais e coletivos do cidadão, onde a União será responsável pela coordenação e definição de regras gerais do sistema, as quais devem ser respeitadas pelos Estados e pelo Distrito Federal (BRASIL, 2012).

Os princípios do referido sistema são: proteção dos direitos humanos; respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade do cidadão; resolução pacífica de conflitos; uso proporcional da força; eficiência na prevenção e repressão das infrações penais; eficiência nas ações de prevenção e redução de desastres e, participação comunitária (BRASIL, 2012).

Algumas das ações do sistema em tela estão relacionadas à unificação dos conteúdos dos cursos de formação e aperfeiçoamento dos policiais, integração dos órgãos e instituições de segurança pública, utilização de métodos e processos científicos em investigações. Entre as principais mudanças de procedimento, a proposta prevê a criação de uma unidade de registro de ocorrência policial e procedimentos apuratórios e o uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos (idem).

O referido projeto trata de uma proposta que integra o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI), desenvolvido pelo Ministério da Justiça. O PRONASCI é direcionado à prevenção, controle e repressão da criminalidade, agindo em suas raízes sócio-culturais, além de articular ações de Segurança Pública com políticas sociais por meio da integração entre União, Estados e Municípios. As ações levarão em conta as diretrizes do SUSP (BRASIL, 2007).

Alguns dos principais eixos do referido programa diz respeito à formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência (idem).

O PRONASCI é formado por 94 ações que englobam a União, Estados, Municípios e a própria comunidade, com destaque para os seguintes projetos:

- a) *Bolsa-Formação* - Os profissionais de Segurança Pública passaram a receber novos estímulos para estudar e atuar junto às comunidades. Policiais civis e militares, bombeiros, peritos e agentes penitenciários de baixa renda têm acesso a uma bolsa de até R\$ 400. Para ter direito ao benefício, o policial deve participar e ser aprovado em cursos de capacitação promovidos, credenciados ou reconhecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça.
- b) *Formação Policial* - A qualificação das polícias inclui práticas de segurança-cidadã, como a utilização de tecnologias não letais; técnicas de investigação; sistema de comando de incidentes; perícia balística; DNA forense; medicina legal; direitos humanos, entre outros. Os cursos são oferecidos pela Rede Nacional de Altos Estudos

- em Segurança Pública (RENAESP), que envolve 66 universidades brasileiras, entre públicas e particulares, e ainda telecentros para educação à distância.
- c) *Mulheres da Paz* - O projeto capacita mulheres líderes das comunidades em temas como ética, direitos humanos e cidadania, para agirem como multiplicadoras do Programa, tendo como incumbência aproximar os jovens com os quais o PRONASCI trabalha.
 - d) *Protejo* - Jovens bolsistas, em território de descoesão social, agem como multiplicadores da filosofia passada a eles pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares, a fim de atingir outros rapazes, moças e suas famílias, contribuindo para o resgate da cidadania nas comunidades.
 - e) *Sistema Prisional* - O objetivo do Governo Federal é separar os jovens entre 18 e 24 anos por faixa etária e natureza do delito e impedir aqueles que cometeram pequenas infrações de se contaminarem pela influência dos líderes do crime organizado. Além disso, as mulheres apenadas também são assistidas, com berçário e enfermaria. A reestruturação do sistema prisional envolve ações que visam à qualificação de agentes penitenciários e a formação profissional de presos.
 - f) *Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública* - Através do apoio da Caixa Econômica Federal são disponibilizadas unidades populares para servidores de baixa renda, que recebem até quatro salários mínimos e cartas de crédito para a compra da casa própria, no valor de até R\$ 50 mil, para aqueles que recebem até R\$ 4,9 mil.
 - g) *Ministérios e Secretarias Parceiras* - O PRONASCI age em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas regiões em que há obras de urbanização para recuperação de espaços urbanos e melhoria da infra-estrutura nas comunidades. Outro exemplo é a parceria firmada com a *Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas*, da Presidência da República, que busca ampliar, com o PRONASCI, o atendimento do Viva Voz, projeto que visa orientar jovens e famílias em relação às drogas (BRASIL, 2007).

O PRONASCI é apontado como um programa inovador pelos órgãos que compõem a Segurança Pública, assim como pelo Governo Federal. Além das ações citadas acima, o programa possui outras propostas interessantes e que busca combater a criminalidade não por meio de ações repressivas, mas sim, pautadas em políticas sociais e políticas de segurança articuladas e que visam a participação da comunidade.

3.2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

A Polícia Militar é o órgão público estadual mais antigo em atividade Paraíba, pois sua origem data da época do Império (LIMA, 2000).

Na época Governo de D. Pedro I, os Presidentes das Províncias não dispunham de mecanismos capazes de auxiliá-los na manutenção da ordem pública. As Tropas de Linhas eram as únicas organizações militares existentes nas Províncias, cujo caráter era permanente e subordinado diretamente ao Ministro da Guerra (LIMA, 2000).

Em 1830, o Império passou a ser dirigido por Regentes, e nesse período explodiu em todo país, uma série de movimentos revolucionários, como a Balaiada (Maranhão), a Sabinada (Bahia), a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul), entre outros (LIMA, 2000).

Esses movimentos representavam riscos à manutenção da integridade territorial, bem como comprometiam a ordem pública. Em detrimento disto, o Padre Antônio Diogo Feijó, líder religioso, propôs à Regência a criação, no Rio de Janeiro, um *Corpo de Guardas Municipais Permanentes*, com vistas a manter a ordem pública naquela Província (LIMA, 2000).

Através de um Decreto Regencial, foi criado, no dia 10 de outubro de 1831, o *Corpo de Guardas Municipais Permanentes do Rio de Janeiro*. No mesmo documento, os respectivos Presidentes das demais Províncias foram autorizados a também criarem suas Guardas (LIMA, 2000).

Em 1832, assumiu a Presidência da Paraíba o Padre Galdino da Costa Vilar, que sentindo a necessidade de manutenção da ordem pública, tratou imediatamente de criar um órgão com essa finalidade (LIMA, 2000).

Neste sentido, no dia 3 de fevereiro de 1832, cria-se o *Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Paraíba* sob o Comando de Francisco Xavier de Albuquerque, que foi nomeado Capitão pelo Presidente da Província (LIMA, 2000).

Com um efetivo de 50 homens, sendo 15 a Cavalos e 35 a pé, a nova organização passou a funcionar, efetivamente, em 23 de outubro de 1832. O primeiro Quartel foi abrigado em um prédio onde antes funcionava um convento e onde hoje está instalado o Palácio do Arcebispo, na Praça Dom Adauto, no centro da capital paraibana (LIMA, 2000).

Em 1834, as Províncias adquirem autonomia e tem-se a criação do poder Legislativo Provincial. No dia 2 de junho de 1835, através da Lei nº 09, o *Corpo de Guardas Municipais Permanentes* recebeu a denominação de *Força Policial* (LIMA, 2000).

A Lei nº 09 também ampliou o efetivo da Corporação, onde destinava uma fração das tropas para compor os primeiros Destacamentos do interior da Província, nas cidades de Areia e Pombal. A partir de 1892, a Corporação passou a denominar-se de *Corpo Policial* (LIMA, 2000).

No decorrer de sua história a Corporação passou por diversas mudanças de nomenclatura, tais como: *Corpo de Segurança, Batalhão de Segurança, Batalhão Policial, Regimento Policial, Força Policial, por três vezes, e Força Pública duas vezes*. Somente, em 1947, por meio de um dispositivo Constitucional, a Corporação recebeu a denominação de *Polícia Militar da Paraíba* (LIMA, 2000).

Ao longo dos seus atuais 180 anos de existência (1832-2012), a PM/PB esteve presente nos mais importantes momentos históricos do Brasil e do Estado. Em algumas situações a Corporação foi empregada para ações típicas de tropa de Exército (LIMA, 2000).

Dentre essas situações, destacam-se às referentes aos movimentos que ocorreram ainda no período colonial, como: Combate à Revolução Praieira; O Ronco da Abelha; A Guerra do Paraguai e a Revolta do Quebra-Quilo (LIMA, 2000).

Durante o século XX, a PM/PB se sobressaiu, positivamente, nas lutas travadas no território paraibano e em outros Estados como Pernambuco, Rio do Grande do norte e São Paulo. Dentre estas, podemos destacar: Lutas no Cariri; Combate à Coluna Prestes; Movimento de Princesa; Revolução Paulista; Combates à Intentona Comunista (LIMA, 2000).

A partir dos aspectos expostos, percebemos quão fora atuante a PM/PB. Os serviços prestados a população atualmente chegam através da Rádio Patrulha (RP), do Choque, da Guarda, dos Guardas de Trânsito, dos Destacamentos, do Canil, da Cavalaria, da Manzuá, do policiamento ostensivo realizado a pé, nas bicicletas ou de motos (ROTAM), das atividades de apoio, enfim, dos os serviços de que dispõem a PMPB (LIMA, 2000).

3.2.1 O 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba

Como observado no item anterior, a PM/PB foi instituída em 1832, com a denominação de *Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Paraíba* (LIMA, 2000).

A necessidade de interiorizar as ações da polícia criou, em 1835, os destacamentos da *Força Policial* nas cidades de Areia e Pombal. Para coordenar as ações desses destacamentos foram fundadas, em 1912, sete Inspetorias, cujas sedes se encontravam entre as principais cidades do interior paraibano (LIMA, 2000).

No comando do Ten. Cel. Elísio Sobreira, em 1924, tem-se a extinção dessas inspetorias. Naquele momento se vivenciava o auge das lutas contra os grupos de cangaceiros, que se expandiam por todo o nordeste, e que na Paraíba concentravam-se, em especial, no sertão. Diante desse cenário, o governo do Estado, o Dr. João Suassuna, determinou que o Ten. Cel. Elísio Sobreira, comandante da Força Pública, adotasse medidas capazes de tornar mais efetiva a presença da polícia naquela região.

Com esse objetivo, foi criado e instalado um Batalhão da Força Policial, no dia 20 de fevereiro de 1925, na cidade de Patos, denominado de 2º Batalhão de Caçadores, sendo o 1º Batalhão de Caçadores sediado na capital.

Em 1927, as Companhias de Patos, Sousa e Cajazeiras tornaram-se Companhias Regionais, por esse motivo, em janeiro de 1931, a nova sede do 2º Batalhão passa a ser a cidade de Campina Grande. Porém, essa situação durou poucos meses, pois, ainda em 1931, o Batalhão volta à cidade de Patos permanecendo até dezembro de 1935.

Nesse período, o Batalhão foi se desdobrando em Companhias, cujas sedes variavam entre Sousa, Pombal, Cajazeiras, Itaporanga, Conceição e Campina Grande. Entretanto, em 1º de janeiro de 1936, o Batalhão foi novamente transferido da cidade de Patos à Campina Grande.

Em 1º de outubro de 1940, por decisão do Ten. Cel. do Exército, Mário Solon Ribeiro de Moraes, o 2º Batalhão foi transferido para a capital João Pessoa sob o argumento de reforçar a tropa na capital do Estado, uma vez que se vivenciava o período da 2ª Guerra Mundial.

Portanto, somente em 18 de maio de 1943, no governo do Dr. Rui Carneiro é que o 2º Batalhão volta à cidade de Campina Grande, ocupando suas antigas instalações e sob o comando do Major Ademar Neziazene (LIMA, 2000).

O 2º BPMPB, denominado *õO Guardiãõ da Borboremaõ*, encontra-se situado na Avenida Dom Pedro I, nº 768 no bairro de São José, Campina Grande ó PB. O mesmo possui uma arquitetura histórica e que contempla na área interna quadra de esporte, capela de Nossa Senhora de Fátima, Templo Evangélico, arquivo, salas de aula do Curso de formação de Soldados, bem como o espaço físico do alojamento dos policiais, rancho e refeitório que estão desativados.

Atualmente o 2º BPM constitui-se de um efetivo aproximado de 820 policiais militares, sendo 779 do sexo masculino e 41 do sexo feminino, ocupando as graduações de: Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, 1ºe 2º Tenentes, Aspirante a Oficial, Subtenente, 1º, 2º e 3º Sargentos, Cabos e Soldados, distribuídos entre a área geográfica que abarca e que diz respeito ao 2º Batalhão.

A área de responsabilidade territorial do 2º BPM abrange a cidade de Campina Grande (sede) e seus Distritos, bem como a cidade de Fagundes.

3.3 O SERVIÇO SOCIAL NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

A inserção dos profissionais de Serviço Social junto às instituições atreladas à Política de Segurança Pública no Brasil, não é tão recente. De acordo com Lira (2005, apud. Marconssin e Forti, s.d. 2004), a atuação do Serviço Social em delegacias policiais é balizada a partir da década de 1980, direcionada, num primeiro momento, a questão de gênero, e, posteriormente, expandida para áreas de atuação vinculadas à criança e ao adolescente, e aos idosos, configurando-se atualmente como um importante espaço sócio-ocupacional vinculado ao sistema sócio-jurídico do país.

Em especial, no que diz respeito ao Estado da Paraíba, vale ressaltar que em pesquisa realizada em 2004, junta à coletânea de Leis da Polícia Militar da Paraíba, constatou-se que a primeira referência encontrada, com relação à inserção do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional, órgão de Segurança Pública, foi expressa na Lei 3.907 de 14 de junho de 1977, que dispunha em seu Artigo 20º sobre a criação de um órgão de Apoio Pessoal denominado de Centro de Assistência Social, cujo objetivo era dar uma flexibilidade a estrutura rígida e historicamente hierárquica do Comando da Corporação (LIRA, 2005).

No contexto geral da Segurança Pública, especificamente, da Polícia Militar da Paraíba, a inserção do Serviço Social dá-se formalmente a partir dos anos 80, quando o então governador do Estado da Paraíba, Tarcísio Miranda Burity sanciona a Lei 4.316 de 7 de dezembro de 1981, instituindo no quadro de servidores civis do 2º Batalhão cinco vagas para Assistentes Sociais do Comando Geral e uma vaga para cada batalhão do interior.

No entanto, a referida Lei não faz nenhuma alusão quanto às atribuições a ser desenvolvidas pelos profissionais do Serviço Social na instituição, e desta maneira, os Assistentes Sociais faziam uso do Código de Ética Profissional e da Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº8. 662/93) como arcabouço teórico norteador de sua prática.

Cabe pontuarmos que a inserção do Serviço Social na polícia militar é historicamente marcada por uma prática diretamente envolvida com a garantia das funções institucionais e que, para tanto, contribuía no controle social. Entretanto, à medida que a categoria profissional, no curso de sua trajetória histórica, busca construir sua imagem e identidade profissional no seio da categoria, e legitimar-se na sociedade, conseguiu adquirir expressões políticas significativas.

Para tanto, o resgate histórico acerca da inserção dos profissionais do Serviço Social na instituição se dá de maneira bastante fragmentada e superficial, uma vez que pela falta de arquivos e documentação específica sobre o assunto, só se foi possível reconstituí-la por meio de relatos de memórias dos profissionais mais antigos da corporação.

A atuação profissional do Assistente Social no 2º BPM foi se estendendo, paulatinamente, ao longo do tempo até os dias atuais, de maneira que sua prática interliga-se a outros setores da referida instituição com o objetivo de viabilizar aos policiais militares e seus dependentes, bem como a própria comunidade, o cumprimento de seus direitos.

A prática profissional do Serviço Social, assim, como a de outras categorias profissionais não se desenvolve de forma isolada. Yamamoto (2001) coloca que a prática profissional está intrinsecamente condicionada ao conjunto de fatores que a cercam, desde uma formação profissional competente, até a relação estabelecida com o poder institucional e sua disponibilização de recursos, a apresentação das políticas, objetivos e demandas específicas.

Desta forma, o setor de Serviço Social articula-se com os seguintes setores:

- Comando: articulação com órgãos externos; parcerias na elaboração de projetos sociais; planejamento e organização de eventos sócio-culturais; etc.

- Sub-Comando: questões referentes à disciplina; participação na comissão de classificação e solicitação de pensão alimentícia junto ao Ministério Público ou à justiça, com a elaboração de pareceres sociais;
- Setor de Serviço Social do Comando Geral (João Pessoa): parcerias na elaboração de projetos sociais; inscrições das esposas gestantes dos militares no programa de enxovais para bebês; entre outros.
- Setor de Psicologia: encaminhamentos para atendimento e acompanhamento de casos especiais e de casos para internações em hospitais psiquiátricos, de forma a resguardar a eficácia do trabalho interprofissional;
- Setor de Saúde: encaminhamento, fornecimento de declaração para comprovação de convívio marital junto ao Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP) para emissão de carteira de identificação das companheiras, etc.
- Caixa Beneficente: orientação e encaminhamento de familiares para o acesso aos serviços, especialmente, em casos de óbito de policiais e familiares
- Companhias: emissão de parecer social, quando solicitado pelo policial com vistas a adequá-lo ao local de trabalho de acordo com suas possibilidades, condições pessoal e familiar;

E por fim, o Setor de Serviço Social do 2º BPM tem parceria com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) para supervisionar estagiárias(os) extra e curriculares do curso de Serviço Social que se integram aos programas e setores existentes na instituição. E ainda, tal setor estende suas ações à comunidade, compartilhando às informações de que necessitam. (SILVA, 2004).

3.4 APROXIMAÇÃO ENTRE A MULHER E A POLÍCIA MILITAR

O ingresso das mulheres na polícia relaciona-se com a iniciativa de aproximação com a sociedade e coincide, sobretudo, com a crise da própria instituição no que tange a organização de trabalho (CALAZANS, 2005).

Pesquisas apontam que a inserção da mulher nas polícias brasileiras ocorreu a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, por questões internas da própria instituição (NASCIMENTO, 2010). Este ingresso coincide com o período pósditatorial, momento em

que o Estado procurava legitimar-se perante a sociedade e que o país buscava uma abertura política, uma redemocratização estrutural.

Contudo, na maioria dos estados brasileiros a incorporação das mulheres na PM não derivou de movimentos reivindicatórios pela criação de serviços especializados, nem tão pouco pela abertura de espaço de trabalho para as mulheres, mas sim, motivado por uma proposta de o humanizar a imagem das corporações (MUSUMECI; SOARES, 2004).

Inicialmente, o trabalho idealizado para as mulheres na referida organização era um trabalho voltado à assistência junto às crianças e aos adolescentes, pessoas idosas, mulheres, ao atendimento a dependentes do álcool e outras drogas e indigentes, policiamento nos portos, rodovias, trabalhos assistenciais, dentre outros (NASCIMENTO, 2010).

No tocante ao ingresso da mulher na PM no Brasil, o Estado de São Paulo teve papel expressivo, posto que,

A idéia de empregar mulheres em missões policiais no Brasil surgiu na década de 50 e foi uma mulher, em 1953, que apresentou, no 1º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, sua tese da necessidade de criação de uma polícia de mulheres e defendia que as mulheres eram tão competentes quanto os homens para realizar o trabalho de policial. Isso foi em 1953 e a mulher era Hilda Macedo, assistente da cadeira de Criminologia da Escola de Polícia (SOUZA, 2001 apud OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Esse fato foi imperial para a criação dos contingentes femininos não somente nas Polícias Militares, mas também, nas Forças Armadas do país. De acordo com Braga (2011), a partir dos anos 1970 as polícias brasileiras passaram por um processo de militarização e foram comandadas por oficiais do Exército com a finalidade de melhorá-las e aperfeiçoá-las, associando-as a padrões de burocratização excessiva. Assim,

As mulheres foram inseridas nesse contexto com o intuito de amenizar a imagem da segurança pública em tempos de ditadura militar. A elas foram atribuídas tarefas de humanização da polícia, a fim de reconstruir uma imagem menos repressiva da polícia (MOREIRA; WOLFF, 2009 apud BRAGA, 2011, p. 4).

Dessa forma, compreendemos que a inserção da mulher nesse espaço de trabalho perpassa uma necessidade da instituição de ganhar novamente a confiança da sociedade, bem como de se legitimar, posto que a população temia ainda aqueles tempos de forte repressão (principalmente no que concerne ao AI-5) e perseguições vividas durante a ditadura.

Porém, o aparelho de Segurança Pública do Brasil não sofreu nenhuma transformação profunda em sua estrutura ou cultura institucional para receber a mulher nesses espaços (SOARES; MUSUMECI, 2005 apud CAPPELLE; MELO, 2010).

A inserção das mulheres na PM, com vistas a obter uma nova imagem de polícia, não foi acompanhado de um debate amadurecido sobre a necessidade de tal inserção. Para Calazans (2004 apud CAPPELLE; MELO, 2010), as instituições policiais apenas promoveram um processo de òfeminizaçãoo sem que houvesse uma discussão sobre esse fato, atendendo apenas a uma tendência do mundo do trabalho.

A ausência desta discussão acaba por dificultar a compreensão acerca desse processo, pois, òa falta de uma visão institucional do lugar feminino na corporação faz com que prevaleçam o senso comum e as avaliações de cada policial, baseadas nas representações que informam suas experiências empíricaso (MUSUMECI; SOARES, 2004, p. 184).

Ocorreu que as mulheres foram inseridas nesse campo de trabalho muito marcado, ainda, por um pensamento machista, por um sistema patriarcal hegemônico de práticas tradicionais, cujo foco é a repressão e onde não há investimento adequado no treinamento dos agentes para técnicas de mediação de conflitos. Com isso,

Não se pode associar a incorporação de mulheres nessas organizações a um processo mais amplo de reformas, como verificado em outros países. [...] tratou-se mais de uma tentativa de enxertar uma amostra de novidade na velha instituição, como elemento de *marketing* que refletiria uma reforma cosmética (SOARES; MUSUMECI, 2005 apud CAPPELLE; MELO, 2010, p. 76).

Logo, o que podemos apreender é que a entrada da mulher na PM foi um mecanismo que os órgãos estatais encontraram para desmistificar a imagem de uma polícia repressiva e transgressora dos Direitos Humanos que se tinha no período pósditadura militar. Foi uma artimanha utilizada para dar à instituição uma visibilidade mais òhumanao, como forma de aproximar a população da polícia.

Em 1984, após a reforma legislativa do Decreto Lei nº 667, de 2 de Julho de 1969, consolidou-se o marco legal para a incorporação de mulheres aos quadros regulares das PMs, expondo a possibilidade dos Estados, Territórios e Distrito Federal aceitarem o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e Praças (NASCIMENTO, 2010).

Neste caminho, na década de 1980 ocorreu uma explosão nacional de mulheres na PMs e no Corpo de Bombeiros. Diante dessa tendência, o Governador da Paraíba por meio da Lei Estadual nº 4.803 de 20 de Dezembro de 1985, autorizou a criação de uma Companhia de

Polícia Militar Feminina cuja sede foi instalada na Rua da Areia, centro da capital (NASCIMENTO, 2010).

Destarte, essa inserção das mulheres na PM da Paraíba ãse deu em 1987, tendo como destaque a Tenente-Coronel Christiane Wildt Cavalcante Viana, primeira mulher a conquistar o posto mais alto na hierarquia da Polícia Militar da Paraíba (OLIVEIRA, 2011, p. 12).

Na Paraíba, atualmente o percentual de mulheres na referida instituição é de 5% e é regulamentado pelo Art.5º da Lei Estadual nº 7.165/2002, onde afirma que: ãA Polícia Militar, disporá de um efetivo policial militar feminino, até 5% (cinco por cento), do seu efetivo total (PARAÍBA, 2002, apud NASCIMENTO, 2010).

Diante do exposto percebemos que, em 1987, houve a entrada de mulheres no efetivo da PMs estadual, no entanto, as informações sobre o quantitativo que ingressou na primeira turma são desconhecidas. Nascimento (2010) coloca que foram 03 submetidas ao Curso de Formação de Oficiais por um período de 03 anos na cidade de Paudalho (PE), enquanto que, em matéria divulgada pelo Portal Correio (2008), de acordo com a Secretaria de Comunicação do Estado da Paraíba (Secom), foram 06 as pioneiras na Corporação.

Segundo a referida Secretaria (2008) o efetivo feminino da PM paraibana é de 561, sendo 107 oficiais. No Corpo de Bombeiros elas são 35, sendo 24 oficiais. O trabalho das Policiais Militares é desenvolvido igualmente ao de qualquer outro Policial Militar, como aponta a própria matéria realizada pelo Jornal Portal Correio (2011).

De acordo com esta reportagem, a atuação das Policiais Militares são desenvolvidas da seguinte forma:

em missões de policiamento ostensivo, policiamento de trânsito, bombeiros, choque, polícia florestal, ciclo patrulha, Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP), rádio patrulhamento, policiamento escolar e no serviço de administração, saúde e banda de música. Dessa forma, elas estão integradas operacionalmente em todas as atividades de Polícia Militar (SECOM, 2008).

Diante disto, podemos apreender que mais que uma conquista de um espaço de trabalho, a PM é antes um desafio cotidiano para as mulheres, pois conviver em um ambiente onde os valores disseminados na e pela instituição são aqueles que fazem alusão ao masculino é cercar-se de desconfiança em relação ao bom desempenho do seu trabalho.

A força física é um dos valores estimados pela PM e, nesse quesito, biologicamente, as mulheres são um pouco desfavorecidas. Mas nada que as impeçam de desenvolver o seu trabalho com a mesma competência e qualidade que os homens. Posto que as mesmas

recebem, durante o curso, o mesmo treinamento e, portanto, são formadas intelectual e fisicamente da mesma forma que os seus companheiros de profissão.

Outro aspecto desafiador e que merece uma ressalva é o fato de que, além de se preocuparem em exercer seu trabalho, muitas destas policiais, tanto quanto os policiais masculinos, também estão pensando em voltar vivas à suas casas, estão almejando rever seus familiares.

Alguns destes pontos foram levantados pelas Polícias Militares durante a realização da pesquisa, conforme podemos constatar no próximo capítulo.

4 EXPOSIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA REALIZADA NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

Neste Capítulo apresentaremos os dados relacionados ao perfil das policiais participantes do nosso trabalho. Em seguida, faremos as análises e discussões dos dados coletados de maneira a expor a realidade obtida durante a pesquisa, momento que teceremos nossos comentários sobre a pesquisa de campo realizada no 2º BPM de Campina Grande/PB.

4.1 SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO: NOTAS INTRODUTÓRIAS

O referido estudo trata-se de uma pesquisa de cunho *explicativa*, a qual nos permite aprofundar o conhecimento da realidade dos sujeitos, posto que têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos (GIL, 2010, p. 28).

O nosso enfoque foi através da abordagem qualitativa que nos permite desvelar a realidade de uma dada situação a partir da interpretação das ações dos sujeitos dentro dessa realidade na qual estão inseridos, sob a perspectiva do referencial dialético-crítico.

Os sujeitos da pesquisa foram com as Policiais Militares do 2º BPM/PB, situado no município de Campina Grande.

Utilizamos uma amostragem equivalente a 50% do contingente feminino da instituição, onde entrevistamos 10 que trabalham na burocracia (B) e 10 do serviço operacional (OP), por meio de entrevista semi-estruturada (gravada).

Na coleta dos dados utilizamos um gravador (MP3 Player) como forma de viabilizar a captação das falas dos sujeitos, mediante o consentimento dos mesmos. Para analisar os dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

Pontuamos que nosso estudo encontra-se em conformidade com o que preconiza a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, considerando as questões éticas como valor central a ser respeitado, cujas bases de tal Resolução contêm diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas que envolvem seres humanos.

Nesse sentido, foi garantido às entrevistadas, o esclarecimento acerca dos objetivos do trabalho, assegurando-lhes o sigilo das informações coletadas, bem como o anonimato e o acesso aos resultados da pesquisa.

A referida Resolução regulamenta a pesquisa destacando aspectos imprescindíveis no tocante à defesa dos direitos humanos dos sujeitos envolvidos no estudo. Neste sentido, levamos em consideração a importância do consentimento livre e esclarecido, a confiabilidade das informações, a justiça e equidade, entre outros.

Antes e no decorrer da realização da pesquisa de campo, nos deparamos com algumas dificuldades. A primeira foi no que se refere a enorme burocracia por parte da instituição em assinar a autorização para que pudéssemos submeter o nosso trabalho à avaliação do Comitê de Ética da UEPB. Levamos cerca de um mês para conseguir a autorização institucional. A segunda, diz respeito ao tempo (cerca de 23 dias) que o referido Comitê levou para conceder a aprovação do nosso Projeto.

Com a aprovação do referido Comitê, iniciamos a pesquisa. Foi quase um mês (iniciamos 17 de agosto e terminamos em 15 de setembro de 2012) para conseguirmos entrevistar todas as participantes, em razão de cancelamentos¹⁵ (algumas não aceitaram dar entrevista, outras marcavam e não compareciam) e do próprio agendamento da aplicação das entrevistas (as dificuldades maiores foram com as PM que trabalham no serviço operacional, pois por se tratar de um trabalho ostensivo, de rondas pela cidade, era raro encontrá-las na instituição, e mesmo quando estavam, às vezes, não dava tempo elas pararem para conceder entrevista).

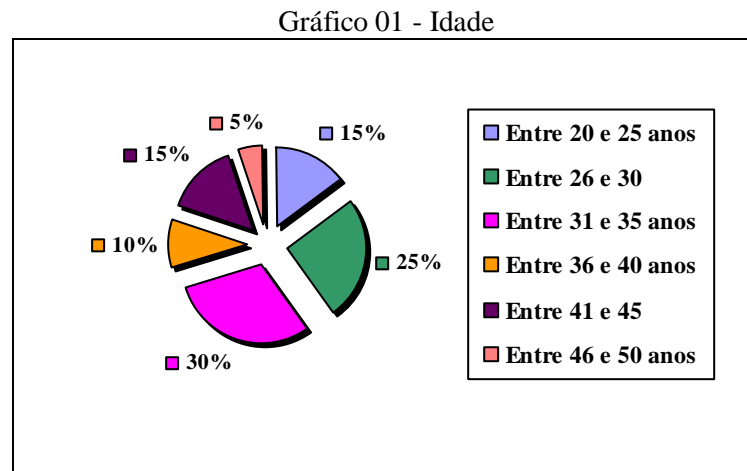
Tais fatos que também contribuíram para o atraso na coleta de dados, segundo o cronograma proposto no Projeto de Pesquisa, não comprometeu, todavia, a análise do rico arsenal de informações, gentilmente concedido por esta parcela de precípua relevância à Polícia Militar da Paraíba: as PMs do 2º BPM/PB.

¹⁵ As policiais que não aceitaram ou que não compareceram às entrevistas fazem parte do alto escalão da PM do 2º Batalhão/PB. Algumas alegaram não gostar de dar entrevista, outras se comprometeram a participar, mas não compareceram e não justificaram as suas ausências. Esses fatos nos fazem compreender que algumas policiais da instituição não têm interesse em discutir a temática de gênero, uma vez que esse ambiente ainda é permeado por relações de poder, bem como por se tratar de um assunto um tanto delicado de se discutir na instituição. Embora seja extremamente importante sua discussão.

4.2 PERFIL DAS POLICIAIS ENTREVISTADAS

No que se refere ao perfil sócio-ecomômico e cultural das entrevistas, foi indagado às participantes as seguintes questões: qual era a idade, estado civil, nível de escolaridade, graduação (cargo ocupado na instituição), renda salarial e o tempo de serviço na instituição.

Os dados coletados nas entrevistas estão distribuídos conforme os gráficos a seguir.



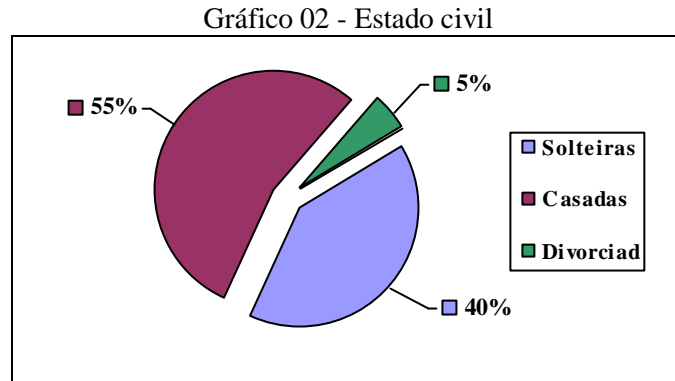
Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Como acima descrito, o nosso primeiro perfil dos dados coletados a ser observado é o que trata da Idade das PMs do 2º BPM. Constatamos que há um percentual baixo (5%) das policiais com idade entre 46 a 50 anos, o que nos permite afirmar que se trata de PMs que estão trabalhando há bastante tempo na instituição, assim como as com idade entre 41 e 45, as quais representam 15%.

As militares com idades entre 31 e 35 anos e 36 e 40 anos, equivalem, respectivamente, a 30% e a 10% do contingente feminino da instituição. Dessa forma, observando o Gráfico 01, concluímos que o perfil das profissionais do 2º BPM é de um público jovem, que ingressou no mercado de trabalho há poucos anos, onde 15% está entre 20 e 25 anos, e 25% entre 26 e 30 anos, o que não nos causa surpresa, já que o tímido ingresso dessas profissionais (conforme discutimos no capítulo anterior) ocorreu a partir de fins da década 80.

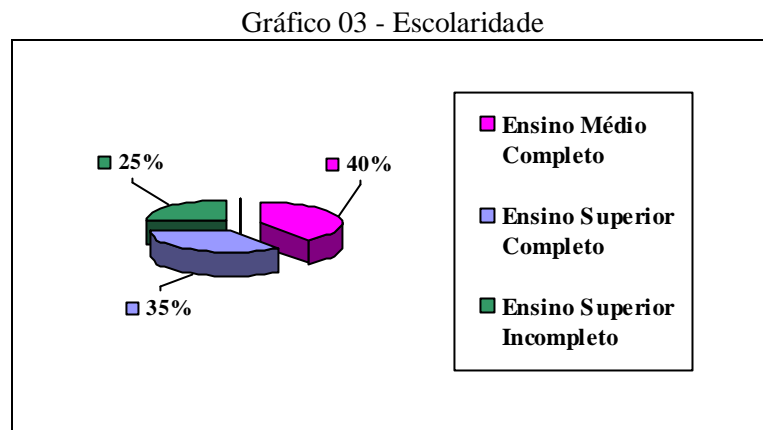
Conforme o Gráfico 02 mostra a seguir, com relação ao estado civil, podemos verificar que 55% das policiais entrevistadas são casadas, mães de família e se revezam entre o trabalho profissional e doméstico. Temos ainda um percentual baixo de policiais divorciadas (apenas 5%) e 40% das entrevistadas são solteiras.

O que se constata é todas essas mulheres, não importa se são solteiras, casadas ou divorciadas, estão buscando conquistar seu espaço e respeito profissional, assim como de seus companheiros e familiares, revela ainda o desejo dessas em conseguir independência financeira.



Fonte: Pesquisa de campo (2012)

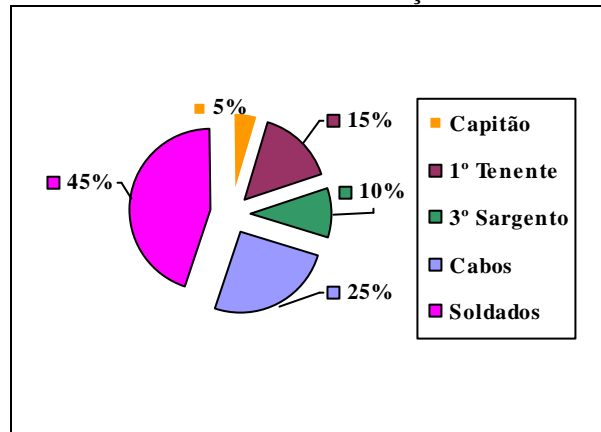
O Gráfico 03 aponta que as profissionais da instituição possuem um bom nível de escolaridade, que não se acomodaram apenas em ter o nível de estudo requisitado pelo concurso público da PM (o ensino médio), cujo percentual é de 40%. Constatamos que 35% das policiais têm ensino superior completo e que 25% possuem ensino superior incompleto.



Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Identificamos no Gráfico 04 que a maioria (45%) das profissionais do 2º BPM são Soldados 25% são Cabos, 10% são Sargentos e 15% são Tenentes. Constatamos, assim, que as policiais em patentes do alto escalão hierárquico ainda são minoria, apenas 5%, são Capitães.

Gráfico 04 - Graduação

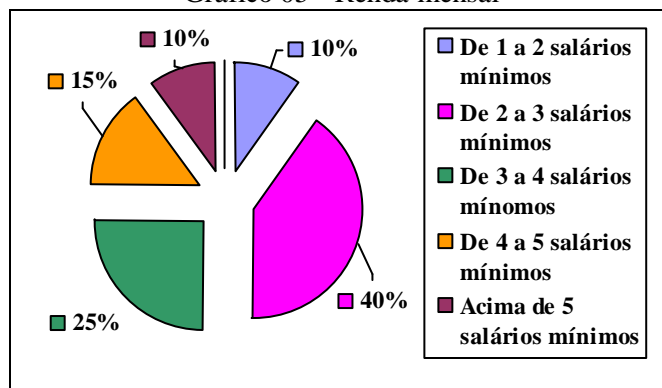


Fonte: Pesquisa de campo (2012)

No que se refere à renda mensal das entrevistadas, conforme o Gráfico 05, percebemos que a maioria (40%) das militares recebem entre 2 e 3 salários mínimos. 25% recebem entre 3 e 4, 15% recebem entre 4 e 5, e que a proporção das que recebem entre 1 e 2 e acima de 5 salários mínimos são iguais, equivalentes a 10%.

Dessa maneira, podemos evidenciar que os salários pagos a categoria profissional são baixos, o que demonstra tanto uma desvalorização desses por parte dos governos (Federal e Estadual), quanto confirma a premissa de que muitos fazem ôbicosö ou tiram serviços extras para complementar a renda.

Gráfico 05 - Renda mensal

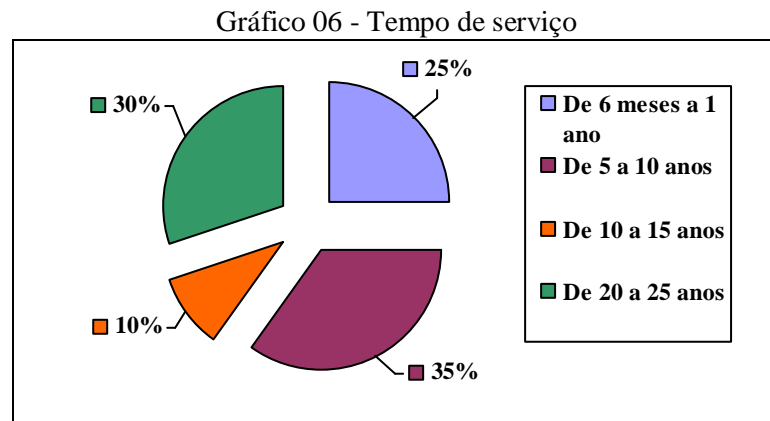


Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Observamos no Gráfico 06, que as policiais que tem entre 5 e 10 anos de serviço na PM são a maioria correspondem a 35%, em seguida, temos as que tem entre 20 e 25 anos (com 30%). Aquelas que ingressaram na instituição de 6 meses a 1 ano são 25% e de 10 a 15 anos equivalem a 10% do contingente feminino da instituição.

Diante dos dados apresentados, podemos constatar que a maioria do contingente feminino da instituição está há mais de 25 anos na Corporação, o que nos permite afirmar que são policiais pioneiras da instituição, no que tange à entrada de mulheres na mesma.

Outro fato a ser enfatizado é que a instituição vem recebendo as mulheres para incorporar aos seus quadros profissionais, mas não está realizando uma discussão sobre as questões de gênero, nem tão pouco está se preparando estruturalmente (assim como não o fez desde o ingresso das primeiras mulheres) para recebê-las.



Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Após essas breves considerações acerca das entrevistadas que participaram da nossa pesquisa de campo, passaremos a discutir as respostas sobre as questões que buscaram atender o que se propôs o nosso objetivo geral e os específicos.

4.3 DISCUTINDO OS DADOS DA PESQUISA

Ao indagarmos sobre quando as entrevistadas decidiram ingressar na profissão e por que escolheram ser militar, identificamos cinco tendências nas falas dos sujeitos. A primeira diz respeito à existência de uma *vontade/sonho* de ser militar, de modo que quatro entrevistadas afirmaram que sua escolha foi motivada por essa tendência.

Desde pequena eu tinha esse pensamento de ser policial. [...] Porque eu acho uma profissão tão bonita, apesar de ser tão difícil [...]. Agora quando eu ingressei na policia foi em 1990 (E10).

Assim que começaram as inscrições da polícia eu me inscrevi. Era meu sonho [...] Era meu sonho desde criança [...]. Eu sonhava em vestir uma farda (E7).

Foi em 89. A partir de 90 a gente fez o curso. [Mas] desde criança... Agora meu sonho não era policia militar não, era a Força Aérea (risos)! Eu sempre achei bonito sabe? É... Eu sempre achei que tinha vocação para [ser] policial (E16).

A segunda tendência que nos fora revelada é em relação a uma *admiração* pela instituição Polícia Militar, na qual apenas uma das indagadas respondeu em conformidade com a referida tendência, como apresentado a seguir:

Eu sempre tive admiração pelo militarismo em si. Pela hierarquia, a disciplina, eu sempre admirei. [...] Achava bonito, admirava a profissão. [...] Então, quando foi no ano de 2002, eu fiz meu primeiro concurso que, no caso, era um curso de Oficiais, onde era disponibilizadas 5 vagas, mas infelizmente eu não passei. Aí no ano de 2004 houve um novo concurso para o curso de soldados, eu fui aprovada e estou até os dias de hoje (E8).

Quanto à questão da *curiosidade*, apenas uma também respondeu de acordo com essa tendência. Segundo a entrevistada (E4), *“Foi assim, por acaso. Vi a inscrição, aí resolvi fazer. Foi bem por acaso mesmo. Foi só por curiosidade, aí deu certo”*.

Outra tendência encontrada foi com relação à *influência de parentes ou pessoas próximas* onde há vínculos afetivos. De modo que cinco responderam a esse respeito:

Eu decidi quando o meu marido passou no concurso. Quando ele passou no concurso e eu me familiarizei mais com a profissão, não é?, Que no tempo [em que] ele era meu noivo, eu vi como era a profissão, como era ser policial militar, aí eu me interessei no próprio concurso e fiz. Ele fez em 2002 e eu fiz em 2006, mas fiz por conta dele, pela proximidade com a profissão através dele (EZ¹⁶).

Devido à influência do meu pai. Porque meu pai era militar, e eu sempre convivi com o militarismo em casa e sempre tive a vontade de fazer (E12).

Hum... Aos 19 anos mais ou menos. [...] Eu conheci um rapaz que ele era militar, aí ele tinha uma paixão tão grande pela polícia que contagiou. Aí fiz o concurso, passei e estou aqui (E9).

¹⁶ Optamos por mudar a identificação de determinados trecho para resguardar o anonimato das entrevistadas.

A tendência que apareceu com maior frequência é a que versa sobre a *estabilidade profissional/financeira*. Foram 9 as entrevistadas que apontam essa tendência como motivo para ingressar na profissão.

Pela estabilidade financeira. Foi quando abriu o edital. Eu vi a oportunidade, eu ainda era universitária, na época, não tinha emprego certo, resolvi fazer e fui chamada (E19).

Pela estabilidade financeira da profissão, por já conhecer também o histórico, por saber que é... Entre essas profissões de nível médio que a gente tem é uma das mais atrativas, digamos assim (E13).

Estabilidade profissional. [...] Na realidade, foi só um concurso a mais. [...] Aí passei. [...] eu nem imaginava que fosse ser chamada, aí fui convocada e vim; mas não era um sonho. Foi mais por estabilidade profissional mesmo (E14).

Como podemos observar, a busca por uma estabilidade profissional e financeira tem conduzido as mulheres a adentrarem nos diversos espaços de trabalho. A flexibilidade do mercado traz consigo o desmantelamento dos direitos sociais e estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2011).

Mattoso (1995 apud IAMAMOTO, 2011) alerta sobre a insegurança do trabalho que envolve a insegurança no emprego, na renda, na representação, na organização sindical e na defesa do mesmo.

Assim, diante desse quadro de insegurança do trabalho e do processo de retração dos direitos sociais, os trabalhadores e trabalhadoras veem nos concursos públicos uma garantia de obter estabilidade tanto profissional quanto financeira. E isto, foi identificado em uma das falas das entrevistadas, ao apontar que

Para falar a verdade, a minha mãe é funcionária pública federal. Então, desde pequena eu já tinha essa idéia de ser funcionária pública, independente de ser do município, do estado ou da federação. Então, todo concurso que ia aparecendo, eu ia fazendo. Coincidiu em 2001 eu me mudar aqui para a Paraíba, aí 2002 abriram as inscrições para o concurso da polícia, aí [em] 2002 eu fiz. Então assim, na época eu trabalhava no comércio que é tudo mais... é... castigante, não é? Aí a gente vê no serviço público a questão da estabilidade, a gente trabalha do mesmo jeito é claro, mas pelo menos aqui eu sei que eu vou chegar e não vou estar com minha carta de demissão pronta [...] Então foi à busca de serviço estável, a busca de uma estabilidade (ES, B).

Quando interpeladas sobre qual a *impressão que tinham da instituição*, antes de ingressar e como esta se apresenta *atualmente*, tivemos opiniões variadas: as que responderam ter uma impressão positiva tanto antes quanto depois de se tornarem policiais foram oito, das quais destacamos as seguintes palavras:

A impressão que eu tinha era das melhores. [E hoje?] Aí é que é legal (E7, OP).

Que era uma instituição séria, confiável e ainda sinto, não é? Não é só o que eu pensava antes não! (E17, OP).

A minha visão era boa, a instituição boa de trabalhar, instituição pública, mas que oferece também condições de você estudar estando trabalhando, não é? [E hoje?] a gente conhece o dia a dia, vive as experiências... Então a gente vê que nem tudo que sai na mídia sobre ela é verdade (E13, OP).

As que tinham uma impressão positiva e hoje se transformou em uma impressão negativa foram duas. Essa impressão negativa, atribuída à instituição se revelou através das condições de trabalho dos(as) PMs, de modo que foi destacada a questão da precarização do ambiente de trabalho e ausência de estrutura dada aos mesmos:

Eu achei que fosse organizada, que reconhecesse melhor [...] o pessoal que faz parte da corporação. Eu tinha uma idéia completamente diferente. Hoje acho que a gente trabalha muito mais pela questão da obrigação, não é? De estar vestindo a farda. [...] A gente ganha pouco, ainda é explorada, é maltratada, e assim, muito desorganizado, muito, muito bagunçado: a gente não tem... Por exemplo, eu trabalho numa sala que podia ter todo investimento, mas assim, para eu colocar uma cortina aqui eu vou ter que trazer da minha casa, porque se eu for esperar pelo Batalhão eu não vou ter! A porta: simplesmente passaram uma tinta ali e disseram que está bom! Mas seria bom que colocasse uma identificação. [...] Não dá para ficar esperando da Polícia Militar! A gente não pode ficar esperando, tem que... Se você quiser tem que fazer senão a coisa não sai do lugar (E5, B).

Antes de entrar? Que era perfeita. [E hoje?] Que não é perfeita (risos). Quando a gente vê de fora um determinado setor, um determinado local, a gente pensa que tudo nele funciona como deveria funcionar. Que a gente vê o policial lá, todo fardado, todo bonitinho e tudo aquilo ali é o governo quem dá. [...] Que tem toda uma estrutura por trás de toda aquela preparação, mas quando a gente entra aqui, a gente vê que na realidade não é. Que essa

estrutura na realidade não existe, que o policial ali, fardado, bonitinho é ele está pagando do bolso dele para ficar daquele jeito. Essas coisas... (E9, OP).

Destacamos que cinco entrevistadas responderam que tinham uma visão negativa da polícia, mas hoje ao conhecer e ser parte da Corporação, a vê com outros olhos, agora de forma positiva. Constatamos essa afirmativa na resposta da Entrevistada 11 (B), quando ela discorre que:

Não conhecia o interior dela, [...] mas com o tempo eu via até de uma forma pejorativa. Depois eu fui vendo que [...] para tudo que a gente tinha um argumento negativo, existia um argumento positivo. Eu passei a ser o outro e eu entendi porque todas as negativas que a polícia tinha.

Há ainda cinco que afirmaram não ter nenhuma impressão ou perspectiva com relação à instituição, a exemplo da Entrevistada 20 (OP) que *õnem observava. Não sabia nem como eraõ* ou conforme a Entrevistada 15 (OP) ao relatar que *õnão tinha impressão nenhumaõ*.

Ao perguntarmos se as policias *consideram seu trabalho respeitado pela instituição*, das 20 entrevistadas, apenas quatro responderam que não se consideram valorizadas pelos serviços prestados.

Os motivos desse desrespeito são diversos. Elas apontam questões como a falta de companheirismo dos colegas em determinadas situações, onde segundo elas, *õna hora que o negócio arrocha são os primeiros a correrõ* (E15, OP); falta de compreensão por parte da instituição; desvalorização da pessoa humana. Estes aspectos podem ser identificados nas falas abaixo:

Ainda não. Principalmente na questão [...] por eu ser uma policial educadora, não é? A gente ainda tem muito preconceito. Eles acham que a gente recebe uma gratificação sem trabalhar, eles acham que a gente foge do serviço, que a gente toma [o serviço] como desculpa (E5, B).

Não. (Por quê?) Pela desconsideração como ser humano. Não só minha não. Não estou considerando só o meu não, estou considerando do efetivo com que eu trabalho (E20, OP).

Dessa maneira, essas policiais, além de conviverem com a desconfiança constante da população sobre os seus serviços, ainda sentem a autoestima comprometida ao perceber que o seu trabalho não está sendo valorizado, respeitado da forma que deveria ser, não só pela instituição policial, mas também por outros órgãos que são responsáveis pela Segurança Pública. Sobre esse fato, observemos a Entrevistada 11 (B), que nos revela que seu trabalho é respeitado pela instituição, entretanto,

Pelos órgãos públicos não. Os maiores, tipo o governador, que não passa o Plano de Cargos e Carreira, entendeu? E, às vezes até a própria população também não entende um atitude, não minha, burocrática, mas uma atitude fim de um policial que está ali estressado, que tem que trabalhar 12/24¹⁷, entendesse? Que está todo dia na rua, não tem tempo de estar com a família. Suga um pouco da pessoa, do tempo, entendeu?

Outro aspecto importante e que tem relação com a questão do respeito à profissional, a Polícia Militar, não apenas a mulher em si mesma foi abordado com essas militares. Perguntamos se ao ingressarem na instituição, perceberam diferenças (direcionamento) de trabalho entre homens e mulheres? Do total das entrevistadas, onze disseram que há e nove negaram a existência de diferenças.

Foram apontados, pelas entrevistadas, diversos elementos que elas atribuíram à diferença de trabalho ou direcionamento do mesmo. Algumas colocaram que o treinamento durante o curso é o mesmo; o trabalho também é o mesmo; que as mulheres tanto podem optar quanto serem designadas a determinado tipo de serviço (burocrático ou operacional); que ainda há resquícios de machismo na instituição; dentre outros.

Não, não há, principalmente nos termos onde fomos formadas. O que existia, de uma certa forma, era que o novo assustava realmente o âmbito masculino naquela época, não é? Mulheres na instituição... Existia um certo desconforto entre o masculino e o feminino, coisa que hoje não, não vejo da mesma forma (E2, B).

Sim, com certeza isso tem diferença. Foi encontrada alguma diferença sim! É que tipo: a mulher tem que enxergar que ela é diferente do homem biologicamente, que tem, tem, embora nós temos algumas mulheres que exercem a mesma função masculina muito bem, talvez chegue a ser melhores que muito masculino, mas a gente não pode

¹⁷ Na Polícia Militar os dias de serviço são determinados por escala. No 2º BPM, para os que trabalham na atividade fim (serviço OP) a escala de serviço é 12/24; ou seja, trabalham 1 dia e folgam 2.

estar querendo igualar, porque a gente sabe que as mulheres são diferentes dos homens (E3, OP).

Existe. Existe diferença porque nós somos uma instituição masculina. Aqui são 5% das vagas são reservadas à mulher, então, não tem como você estar numa instituição que 95% das pessoas são homens e não ter diferença. Não existe esse direcionamento (E6, B).

Embora o discurso de algumas entrevistadas seja de que não havia ou não há um direcionamento do trabalho, identificamos na fala de uma das policiais, que há pouco tempo (em 2006, época que ela entrava na PM), houve sim, por parte do Comando do 2º BPM um direcionamento do trabalho para as mulheres. E ainda que, certos colegas acreditam ser desnecessária a presença da mulher na instituição militar.

(Silêncio seguido de risos!) Sim. Sim. Quando eu entrei a maioria das mulheres que faziam parte da minha turma que queriam ir para o serviço operacional não tinha autorização na época. [...] o Comandante que estava à frente do Batalhão designou que todas fossemos para o serviço burocrático porque a necessidade, segundo ele, era maior e, dessa forma, todo mundo ia ser empregado na burocracia. E assim, uma das que conseguiu sair, ela teve que lutar muito para poder ir para o serviço operacional no ano de 2006, quando a gente voltou do curso. Então teve essa diferença sim (E8, B).

Sim. Porque nem todo mundo, nem todos os homens são a favor da mulher na Polícia Militar. Alguns acham que a mulher é desnecessária na polícia. Então assim, quando a gente trabalha mais perto dessas pessoas que acham desnecessária a mulher, então a gente se sente um pouco deixada à parte um pouco. Eu não diria discriminada, eu não diria essa palavra, eu acho muito forte, mas algumas pessoas deixam claro que não estão satisfeitas em trabalhar com mulher (E12, B).

No tocante ao fato dos colegas não quererem trabalhar com mulheres ou mesmo entenderem que é desnecessária a presença destas na instituição Polícia Militar, é tratada por Cappelle e Melo (2010) como uma forma discriminatória do trabalho feminino pelos que compõem a Corporação, uma vez que eles aceitam as mulheres em trabalhos tradicionalmente femininos, como secretarias ou serviços administrativos, mas não na parte operacional, na atividade *fim* da instituição.

O que podemos constatar é que, mesmo as mulheres recebendo o mesmo treinamento que os homens e adentrando na instituição da mesma forma que os mesmos (via concurso público), aqueles ainda não sentem firmeza em trabalhar com as mulheres no serviço ostensivo, no serviço operacional, de rua.

A esse aspecto, atribuímos à questão de que desde criança, ouvimos dizer que as brincadeiras de meninos são mais agressivas, que eles são mais fortes e destemidos e que por isso, não é adequado menina brincar com meninos. Por exemplo, na infância, quem brinca de ôpolícia e ladrãoö, na grande maioria, são os meninos, e dessa forma, eles introjetam essa construção no seu ideário de que os homens são mais fortes e, portanto, mais competentes para lidar com criminosos.

A questão do trabalho das mulheres na instituição com relação à subordinação ao Comando é relativa, pois varia de acordo com os preceitos e ideologias de quem está na posição de comandante. Há os que são mais flexíveis, se aproximam mais dos(as) policiais da Corporação, reconhecem o trabalho de cada um(a), sem levar em conta se o trabalho que está sendo desenvolvido é realizado por um homem ou por uma mulher e reservam para as mulheres o direito de optarem pelo trabalho burocrático ou operacional.

Não se pode negar que há uma resistência masculina com relação ao trabalho das mulheres na instituição. Como descrito na fala de uma das entrevistadas e observado durante o estágio na instituição, não chega a ser um preconceito com as mulheres em si, mas acreditamos que se trata de uma resistência na questão do trabalho, por se tratar de uma profissão perigosa e que exige força e resistência.

Ao indagarmos se os colegas diferenciam o tratamento junto àquelas pelo fato de serem mulheres, contatamos que a maioria (12 entrevistadas) afirma não haver essa distinção no trato. Para estas ocorre ðEles tem mais cuidado, na rua. Eles tem mais cuidado. São mais zelososö (E15, OP).

Uma das entrevistadas associou essa visão negativa que boa parte dos companheiros de trabalho tem sobre elas ao fato de que, quando a mulher pode optar pelo tipo de trabalho, a maioria escolhe trabalhar na burocracia.

Ainda há, as mulheres se admitem a isso, não é? Não querer ir para a rua, é o que a maioria das mulheres prefere: não ir para a rua. [...] tinha o preconceito dos homens com relação ao serviço prestado pelas mulheres, [...] aí com o tempo a gente vai quebrando e mostrando que não é dessa forma, mas que, ao meu ver, ainda há culpa da mulher nessa história, que elas se desconsideraram na instituição (E20, OP).

Contrapondo a essa responsabilização da mulher pelos aspectos negativos atribuídos a elas pelos seus colegas, quando essas preferem o trabalho administrativo em detrimento do operacional, devemos ressaltar que, conforme os dados do perfil, 55% são casadas, mães e isto também contribui para explicar o fato de tal opção.

De acordo com Cappelle e Melo (2010) a questão da maternidade é um dos motivos que fazem a policial se afastar do trabalho nas ruas, operacional, pelos perigos que esse tipo de trabalho oferece. Tal fato é comprovado na fala da Entrevistada 15 (OP), quando ela afirma que o seu desafio é *õsair de casa todo dia e deixar o meu menino e vim sem saber se vai voltar pra casa ou nãoõ*. Por essa razão, muitas abrem mão da carreira operacional pela praticidade oferecida pelo serviço burocrático em conciliar vida profissional e pessoal.

O aumento da violência preocupa toda a população e atinge de forma direta os policiais militares, uma vez que são eles quem lida na linha de frente com os criminosos. Nesse contexto, podemos remetermo-nos a onda de violência que enfrenta a cidade de São Paulo, onde os ataques são direcionados não só aos militares que estão trabalhando, mas também aos que estão de folga, à paisana (como já indicamos, em outro momento, o número de policiais mortos desde o início do ano na cidade de São Paulo).

No nosso Estado, a violência também é preocupante, mas ainda não na proporção da que ocorre no Estado de São Paulo, pois os ataques aos policiais, por exemplo, ainda são fatos isolados.

Diante de uma profissão na qual se convive diariamente com o risco de morte, interpelamos as policiais sobre qual o maior desafio que elas já enfrentaram (ou enfrentam) no exercício do seu trabalho. A este respeito obtivemos respostas bastante diversificadas.

As que apontaram ter como maior desafio a questão de *não chamar atenção* ao chegar a determinadas ocorrências, de estar *trabalhando õforçadaõ* já que por condições de saúde deveria está afastada; e a que respondeu *não lembrar* nenhum desafio, uma de cada, respectivamente.

As que relataram sobre a estrutura física foram três, e sobre conseguir superar-se, adquirir confiança dos colegas ou risco de morte como desafio profissional, somam-se uma de cada. Duas entrevistadas responderam que o curso foi o maior desafio e a maioria (seis policiais) colocaram a questão de conciliar trabalho, estudo e família.

Sobre o fato de terem como maior desafio conciliar vida profissional e pessoal, Cappelle e Melo (2010) revelam que a mulher que trabalha fora de casa convive com uma sobrecarga de trabalho, pois as tarefas domésticas ainda são, integralmente, responsabilidade

apenas das mulheres, uma vez que os companheiros que ajudam em casa ainda são exceção à regra. O que as autoras colocam reforçam o depoimento de uma das entrevistadas, quando ela expõe que

O homem é diferente, [...] ele não cumula função, a mulher acumula funções. Ela tem que ser mãe, profissional, esposa, ela tem que ser tudo e o marido não. [...] A super-mulher! Ela tem que ser tudo e o homem não; homem é só o pai, marido e pronto. Mulher tem que ser mãe, esposa, dona de casa, lavadeira, passadeira, arrumadeira, etc, não é? (E11, B).

O maior desafio é dar conta da casa, dos filhos, da família e do serviço. É o desafio, no caso, assim, que não é nosso por ser policial militar, mas por ser mulher e ter que dar conta, entendeu? Assim: de dar conta das 3 jornadas. Assim, você é mãe, você tem casa, você tem tudo para fazer e tem o serviço também. Acho que esse é o maior desafio (E12, B).

Mesmo em face dessa sobrecarga de trabalho, para Cappelle e Melo (2010), o sentimento que essas Policiais Militares têm é de orgulho por conseguir conciliar o seu trabalho com a vida pessoal, com a maternidade.

Segundo Butler (1981 apud CAPPELLE; MELO, 2010), as mulheres tem quebrado seus próprios estereótipos, vencendo seus medos na perspectiva de diminuir a culpa por ficarem pouco tempo com a família em prol da sua inserção no mercado de trabalho.

Sobre como as policiais percebem a contribuição do trabalho realizado por elas para a instituição: sete relacionaram com a contribuição dada à instituição e junto aos superiores; seis afirmaram que o seu serviço contribuiu com a sociedade, com a manutenção da ordem pública, pela prevenção de crimes; três disseram que a importância se dá pela sua disciplina e dedicação ao trabalho e três acreditam contribuir elevando o nome da instituição.

Minha contribuição é muito boa. Porque eu sou uma pessoa que tenho 12 anos de polícia, tenho vários elogios na ficha, não tenho nenhuma punição, não tenho nenhum marco que denigre a minha conduta, como já disse várias pessoas me admiram pelo que eu sou e as que não me admiram é exatamente pelos mesmos motivos (EU, B).

Ah... É a questão da manutenção da ordem pública, não é? Eu trabalho na rua, exatamente a atividade fim da polícia militar, então é a manutenção da ordem pública que é uma atribuição constitucional. Então é de extrema importância (E3, OP).

A importância junto aos meus superiores, da forma que eles tomam conhecimento do que está acontecendo dentro da sociedade através da mídia e da sociedade que toma conhecimento através de tudo que é relatado, que é repassado para que a população tome conhecimento do que se passa com a polícia (E2, B).

Um fato a ser destacado foi que ao serem indagadas sobre esse ponto, apenas uma das entrevistadas disse não haver contribuição do seu trabalho ao 2º BPM. Segunda a mesma, como a referida instituição nega o reconhecimento ao trabalho do policial, ela não percebe essa contribuição. Nas palavras da PM: *õNão tem não. Esse reconhecimento a polícia não dá o reconhecimento ao policial, só dá se for uma coisa que vá exaltar de mais o Comando, entendeu?ö (E20, OP).*

Indagamos ainda sobre o que elas acham das mulheres ocuparem cargos na PM: os adjetivos foram os melhores e mais variados. Todas acreditam ser interessante a mulher ocupar mais esse espaço de trabalho, de quebrar preconceitos, estigmas, de mostrar competência e buscar uma equidade no mercado de trabalho.

De acordo com cinco entrevistadas, as mulheres ocupando cargos na PM, é algo *normal, legal, o máximo, incrível, é um avanço*; duas disseram ser *maravilhoso*; duas apontaram ser *ótimo*; três acham *importante*; três afirmam ser *excelente* e cinco colocaram como algo *bom*.

Identificamos que as policiais consideram uma conquista o ingresso das mulheres na PM, uma quebra de barreira, de limites e que conforme o avançar da história e das necessidades do mercado de trabalho é normal que a mulher adentre em espaços que até então eram eminentemente masculinos.

Elas exaltaram a competência e ainda apontaram que uma mulher no comando melhoraria as relações de trabalhos entre comandantes e subordinados pela questão de que, segundo as mesmas, a capacidade persuasiva e compreensiva lhes dá uma característica maleável, que facilitaria o diálogo dentro da instituição:

A mulher tem uma percepção maior dos problemas do ser humano, do homem, dos homens que trabalham, não é? Do efetivo que trabalha. Então talvez, com essa õassistênciaö que às vezes as mulheres dão mais, e compreender o que o ser humano policial está precisando, não de atender a todas as besteiras não. Mas coisas necessárias e importantes que muitas vezes não é observado e nem tão pouco, chamado para conversar, para saber como está o homem policial. Eu acho que as mulheres quando estão no Comando, elas tem mais essa capacidade, talvez melhore até a vontade do policial de trabalhar melhor (E20, OP).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou que a história das mulheres é, sobretudo, uma história de lutas, conquistas e, em especial, de desafios. É uma história de dominação de um sexo sobre outro, da sociedade sobre a sua vida particular. Trata-se de uma correlação de forças que tentou por muito tempo (e ainda hoje consegue) controlar, dominar e silenciar a presença da mulher no espaço público.

O MF é um movimento emancipatório e questionador das bases que sustentam a exploração-dominação das mulheres no conjunto da sociedade. Foi dentro desse movimento que as mulheres conseguiram apoio para lutar contra todos os tipos de opressões sofridas.

Durante muito tempo, o trabalho das mulheres se restringia ao cuidado com o lar e com os filhos, e cabia ao homem trabalhar para sustentar a casa e a sua família. As transformações advindas do MPC, sobretudo, na divisão sócio e técnica do trabalho trouxeram a necessidade de incorporar a mulher no mercado de trabalho, no entanto, o seu trabalho estava sempre relacionado com os afazeres domésticos e, portanto, menos valorizados.

Diante de um contexto de flexibilização do trabalho e de suas relações, iniciada, principalmente, a partir da introdução da política neoliberal (nos anos 1990), a inserção da mulher no mundo do trabalho ainda se encontra, em sua maioria, nos espaços mais precarizados do mercado. Naqueles caracterizados pela insegurança e informalidade em virtude da ausência do cumprimento dos direitos trabalhistas.

Nesse sentido, as mulheres migram em busca de empregos que lhes possam garantir estabilidade financeira e profissional, melhores salários, reconhecimento pelo seu trabalho, bem como todos os direitos trabalhistas que assegurem o seu bom desenvolvimento profissional.

Destacamos que esses fatores acima citados foram alguns dos motivos que levaram, por exemplo, as mulheres a adentrarem em espaços de trabalho que antes eram exclusivamente masculinos (como a PM), e que as fazem ver nos concursos públicos uma alternativa de alcançar equidade, em relação aos homens, nas condições de trabalho e salários.

Dessa forma, constatamos que a entrada da mulher na PM constitui-se um avanço, uma conquista da mulher nos espaços de trabalho, nas realizações pessoais, busca por estabilidade profissional e independência financeira.

Muito embora, as relações de poder, típicas das organizações com alto grau de hierarquia e disciplina, como a referida instituição, às vezes revelam o preconceito velado que ainda há, por mais que não se admitam.

O preconceito pode até não se mostrar em relação à figura da mulher em si, mas apresenta-se contra a competência, a capacidade da mulher que é testada diariamente pelo trabalho e contestada por alguns companheiros de profissão.

É de extrema importância que haja uma discussão do MF junto à PM no que se refere à Lei 7.165/2002, que dispôs sobre o efetivo feminino na referida instituição. Pois, trata-se de uma lei machista, ainda arraigada a uma concepção de polícia repressora (já que a proposta de permitir o ingresso das mulheres na PM era um meio de desumanizar a supracitada instituição), engessada em um imaginário construído sobre o nosso Estado, de homem macho, valente, mas que, no entanto, para a referida lei tal máxima mulher macho não vale.

O nosso estudo revelou algo extremamente importante, não só em relação às mulheres, mas à PM. Pois demonstrou a falta de reconhecimento profissional e pessoal dos que compõem a Corporação, a ausência de estrutura física para homens e mulheres, a incompreensão a que se passam, cotidianamente, esses profissionais, tanto pela instituição, quanto e, principalmente, pela sociedade.

Gostaríamos de ressaltar dois aspectos importantes: o primeiro diz respeito aos esforços do MF na busca por políticas públicas afirmativas para as mulheres, de maneira que possam lhes assegurar o seu livre desenvolvimento dos seus direitos e da sua cidadania.

O segundo refere-se à necessidade que nós, enquanto sociedade civil organizada e participantes da academia temos em discutir e, principalmente, cobrar das autoridades Políticas de Segurança Pública que nos garantam, verdadeiramente, uma segurança preventiva que esteja em conformidade com os princípios que regem a nossa Constituição Federal (1988), tida como uma Constituição Cidadã.

Por tudo o que fora exposto, percebemos que a luta das mulheres é um processo inacabado e em constante movimento, que busca superar as diversas formas de opressão sofridas ao longo da história, uma vez que a construção de gênero também se faz, concomitantemente, através da desconstrução de argumentos que colocam (colocaram) a mulher em condição de subalternidade ante aos homens.

É necessário aprofundar a discussão sobre a temática de gênero no âmbito dos órgãos que compõem a Segurança Pública (há poucos estudos nessa área), no sentido de somar

esforços para análises cada vez mais críticas com relação às lacunas na implementação da política em tela nesse contexto de contrarreforma neoliberal.

Nesse sentido, cabe também ao Serviço Social apropriar-se tanto da discussão sobre gênero, quanto sobre a temática da Segurança Pública. Aliás, o que ocorre é uma apatia da categoria profissional em adentrar no debate sobre esta política, visto que nos próprios congressos da categoria, são poucas (ou nenhuma) as publicações referentes ao tema.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Alana Albuquerque. **Os desafios postos à prática profissional do Assistente Social no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba**. 2011. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr/jun. 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BESSA, Karla Adriana Martins. **Papel da mulher na sociedade ao longo da história**. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/sociology/1653449-papel-da-mulher-na-sociedade/>> Acesso em: 12 out. 2012.
- BRAGA, Élide Damasco. Trajetórias identitárias e trabalho Feminino nas unidades operacionais da Polícia Militar de Sergipe. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, DIVERSIDADES E (DES) IGUALDADES, 11., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2011.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta cria Sistema Único de Segurança Pública**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/SEGURANCA/426620-PROPOSTA-CRIA-SISTEMA-UNICO-DE-SEGURANCA-PUBLICA.html>> Acesso em: 20 nov. 2012.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Lei nº 12.314/10**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011.
- BREDARIOLI, Cláudia. **Brasil econômico (SP): custo da violência ultrapassa R\$ 200 bi por ano no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14950> Acesso em: 19 nov. 2012.
- BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **Polícia e Gênero no contexto das reformas policiais. La Salle**, Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 10, n. 2, 2005.

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero?** Recife: SOS Corpo, 2004. (Cadernos SOS CORPO; v.1).

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Ram, Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 3, Edição Especial, p. 71-99, mai./jun. 2010.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n 1, jan./jun. 2011.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A õquestão socialö no Brasil: crítica do discurso político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil; v. 162).

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Ser Social**, Brasília, v.10, n. 22, p. 69-96, jan./jun. 2008.

COMBLIM, José. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século.** 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

COSTA, Arthur; GROSSI, Bruno C. Relações intergovernamentais e segurança pública: uma análise do fundo nacional de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, n. 1, 2007.

COSTA, Flávio. **O descontrole da violência em São Paulo: Índices de criminalidade disparam no Estado mais rico do País, e o governo admite clima de insegurança.** Disponível em:
<http://www.istoe.com.br/reportagens/224867_O+DESCONTROLE+DA+VIOLENCIA+EM+SAO+PAULO> Acesso em: 28 nov. 2012.

CRISTINO, Fernanda da Rosa. Segurança pública e democracia: um novo paradigma. **Revista Jus Vigilantibus**, out. 2008.

ENGELS, Fridrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Centauro, 2002.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 3, n. 5, ago./set. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Lúgia Maria Daher. **Política de Segurança Pública no Brasil na pós-transição democrática: deslocamentos em um modelo resistente.** São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2009.

GUIRALDELLI, R.; ENGLER, H. B.R. As categorias de gênero, raça e etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo : Cortez, 1998.

LAMAS, Marta. Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. **Proposta**, n. 84/85, mar./ago. 2000.

LIMA, João Batista (cel.). **A Briosa: História da Polícia Militar da Paraíba**. João Pessoa- PB, 2000.

LIRA, Maria do Socorro. A Prática Profissional do Serviço Social junto ao 2º Batalhão Polícia Militar no município de Campina Grande ó PB: Um estudo acerca da percepção dos usuários. Campina Grande, **mono UEPB**, Agosto/2005. Curso Serviço Social.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara Musumeci. Polícia e gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PMS brasileiras. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 183-207, 2. sem. 2004.

NASCIMENTO, Íris Oliveira. **Mulheres nas instituições policiais militares do Brasil: reflexões contemporâneas**. 2010 (mimeo).

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 7., 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2000.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Márcia Aparecida Moraes (Orgs.). **O Avesso do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 336 p.

OLIVEIRA, Maria José do Nascimento. **A inserção da mulher na polícia militar: uma análise à luz do contingente masculino do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB**. 2011. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2011.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RICARDO, Carolina de Mattos; CARUSO, Haydee G. C. Segurança Pública: um desafio para os municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, n. 1, 2007.

SALDANHA, Maria Nilda Pereira. **Formação de soldados**: um estudo junto aos alunos do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande-PB. 2012 (mimeo).

SALES, Celecina de Maria Veras; AMARAL, Célia Chaves Gurgel do; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite (Orgs.). **Feminismo**: memória e história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Diferenças entre homens e mulheres traduzidas em desigualdades nas relações de gênero. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19 jan./jun. 2010.

SILVA, Mizael Bispo. **Contribuição do setor terciário para em Vitória da Conquista**. 2005. Monografia (Especialização) ó Fundação Visconde de Cairu. - Vitória da Conquista, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICES



Pesquisa: MULHER E POLÍCIA MILITAR: UM ESTUDO SOBRE AS MOTIVAÇÕES DO INGRESSO DAS PROFISSIONAIS NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

Pesquisa: MULHER E POLÍCIA MILITAR: UM ESTUDO SOBRE AS MOTIVAÇÕES DO INGRESSO DAS PROFISSIONAIS NO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

Pesquisador (a) Responsável: Djailma Maria Lemos Taveira

Orientadora: Thaísa Simplício Carneiro

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Perfil socioeconômico e cultural das entrevistadas:

Idade: 20 a 25 () 26 a 30 () 31 a 35 () 36 a 40 () 41 a 45 () 46 a 50 ()

Estado civil: Solteira () Casada () Divorciada () Viúva ()

Escolaridade:

Ensino Fundamental completo ()

Ensino Superior completo ()

Ensino Fundamental incompleto

Ensino Superior incompleto ()

Ensino Médio completo

Pós-graduação () _____

Ensino Médio incompleto

Graduação:

Soldado () Cabo () 3º Sargento () 2º Sargento () 1º Sargento ()

Subtenente () Aspirante/Oficial () 2º Tenente () 1º Tenente ()

Capitão () Major () Tenente-Coronel () Coronel ()

Renda:

de 1 a 2 salários mínimos () de 2 a 3 salários mínimos () de 3 a 4 salários mínimos ()

de 4 a 5 salários mínimos () acima de 5 salários mínimos ()

Tempo de serviço:

De 6 meses a 1 ano () de 1 a 5 anos () de 5 a 10 anos () de 10 a 15 anos () de 15 a 20 ()

de 20 a 25 anos () de 25 a 30 anos () de 30 a 35 anos () acima de 35 anos ()

- Perguntas:

1ª) Quando você decidiu ingressar na profissão?

- 2^a) Por que você escolheu ser militar?
- 3^a) Qual a impressão que você tinha da instituição? E hoje?
- 4^a) Comente sobre o seu trabalho na instituição?
- 5^a) Você considera que seu trabalho é respeitado pela instituição? Por quê?
- 6^a) Quando você entrou para esta instituição, percebeu diferenças de trabalho entre homens e mulheres? E hoje? Por quê?
- 7^a) Em sua opinião, seus colegas de trabalho homens diferenciam o tratamento por você ser mulher? Comente.
- 8^a) Qual(ais) maior desafio(os) que você enfrenta (ou já enfrentou) no exercício do seu trabalho?
- 9^a) De que forma você percebe a contribuição do seu trabalho para a instituição? Justifique.
- 10^a) O que você acha das mulheres ocupando cargos na Polícia Militar? Justifique.

ANEXOS

Parecer do Comitê de Ética



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEP/UEPB



COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.



PARECER DO RELATOR: (02)

Número do Parecer: 0091.0.133.000-12

Título: **Mulher e Polícia Militar: um estudo sobre as motivações do ingresso das profissionais no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba.**

Data da relatoria: 12.06.2012

Apresentação do Projeto:

O projeto cujo título é **Mulher e Polícia Militar: um estudo sobre as motivações do ingresso das profissionais no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba** . O referido projeto para fins de conclusão de curso de graduação em Serviço Social e trata-se de uma pesquisa de cunho explicativo, com abordagem qualitativa, direcionada às Policiais Militares do 2º BPM-PB, situadas no município de Campina Grande – PB.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar os motivos que levaram as policiais do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande – PB a optarem pela profissão de policiais militares.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Considerando a justificativa, objetivos, os aportes teóricos e metodologia apresentados no presente projeto, percebe-se que a mesma não trará riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: É importante considerar que a metodologia do estudo encontra-se claramente definida, atendendo assim aos critérios protocolares deste CEP mediante a Resolução 196/96 do CNS/MS.